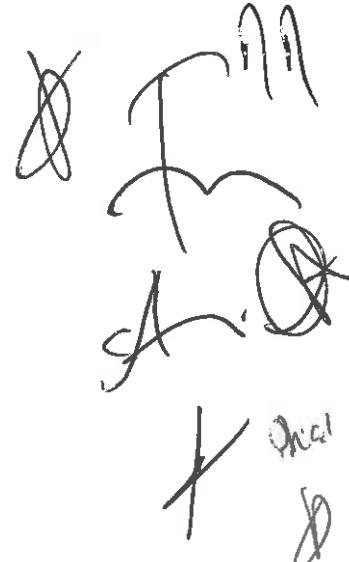


MUNICÍPIO DA
Chamusca



RELATÓRIO DE GESTÃO

2016

Índice

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. ENQUADRAMENTO.....	5
2.1. Enquadramento Legal.....	5
2.2. Enquadramento económico	5
3. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	8
3.1. Grandes opções do plano	8
3.1.1. Grandes opções do plano	8
3.1.2. Plano plurianual de investimento.....	10
3.2. Orçamento da Receita	14
3.2.1. Receitas Correntes.....	14
3.2.2. Receitas de capital.....	16
3.2.3. Evolução das receitas	16
3.3. Orçamento da despesa	17
3.3.1. Despesas correntes.....	17
3.3.2. Despesas de capital	18
3.3.3. Evolução das despesas	19
3.4 Análise Global	20
3.4.1 Estrutura orçamental.....	20
4. SÍNTESE DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA.....	22
5. ANÁLISE À SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	23
5.1. Análise dos proveitos e ganhos	23
5.2. Análise dos custos e perdas.....	24
5.3. Análise de resultados.....	25
5.4. Estrutura do Imobilizado	26
6. DÍVIDA.....	27
6.1. Evolução da dívida a terceiros.....	27
6.2. Evolução da dívida de terceiros.....	28
7. COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO	28
7.1. Fundos disponíveis	28
7.2. Pagamentos em atraso	29
8. EMPRÉSTIMOS.....	29
9. INDICADORES E RÁCIOS.....	30
9.1. Indicadores e rácios financeiros	30

9.2. Indicadores e rácios orçamentais	38
10. LIMITES DE ENDÍVIDAMENTOS E PAGAMENTOS EM ATRASO	45
11. RECURSOS HUMANOS	45
12. PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	47
13. CONCLUSÃO.....	48

1. INTRODUÇÃO

O relatório de gestão é um documento integrante da prestação de contas que visa retratar o desempenho orçamental contabilístico relativamente ao ano de 2016. É um documento que, à semelhança das demonstrações financeiras, tem por objetivo disponibilizar informação de carácter económico e financeiro da entidade.

Este relatório de gestão inclui o enquadramento legal e económico, de forma a possibilitar a percepção, ainda que de uma forma ampla, do contexto em que foram desenvolvidas todas as atividades de gestão do executivo municipal, em que é dada a conhecer a atividade desenvolvida, a situação económica do Município, a execução orçamental e as atividades desenvolvidas no ano de 2016.

2. ENQUADRAMENTO

2.1. Enquadramento legal

O presente relatório encontra-se elaborado em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de setembro, com as respetivas alterações e a Resolução n.º 4/2001 – 2^a Secção do Tribunal de Contas, alterada pela Resolução n.º 6/2013, de 21 de novembro.

Em conformidade com o disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foram elaborados os documentos de prestação de contas relativos ao ano de 2016, perspetivando o controlo político da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º da mencionada lei, o controlo jurisdicional do Tribunal de Contas e o controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos órgãos de tutela da Administração Central.

2.2. Enquadramento económico

O crescimento económico é um excelente indicador do estádio de uma economia, uma vez que, é através dele que se avalia a conjuntura económico-financeira de um país, instituição ou empresa. Esta aferição é efetuada através de diversas variáveis de modo

(Handwritten signature)
a podermos definir com exatidão o estado da economia e quais as opções para que a mesma possa melhorar o seu desempenho.

A economia mundial depara-se com graves constrangimentos no seu crescimento e prosperidade, atravessando uma crise económica que contagia todas as economias do globo, desde as mais débeis às até então julgadas incontestáveis.

A atual situação económica carece de eficiência e de uma melhor rentabilização do seu capital. Necessita por isso que os mecanismos de mercado, em especial das economias mais possantes repensem o seu funcionamento e reafectem os seus recursos por forma a obterem um ganho de eficiência, gerando desenvolvimento e crescimento económico e sustentável, aumentando a produtividade e melhorando a utilização do capital.

Hoje em dia, os Municípios portugueses estão sujeitos a uma forte pressão devido a várias restrições orçamentais que por vezes não permitem controlar a despesa pública de uma forma mais segura. O atual crescimento das necessidades e dos gastos, normalmente não é acompanhado pelo crescimento dos recursos municipais disponíveis, pelo que, muitas das vezes é difícil satisfazer essas mesmas necessidades. Neste sentido é importante avaliar a situação e tentar encontrar instrumentos que permitam controlar melhor os recursos, diminuir os gastos desnecessários e aumentar, assim, os níveis de eficácia e de eficiência municipal e a qualidade dos serviços prestados.

Com a entrada em vigor do Decreto-lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), deu-se o início à reforma da administração financeira e das contas públicas no sector da administração autárquica. O POCAL visa a criação de condições para a integração consistente da contabilidade orçamental, patrimonial e de custos numa contabilidade moderna, por forma a constituir um instrumento fundamental de apoio à gestão das autarquias locais. A economia Portuguesa e dos países da zona euro apresentaram, comparativamente ao ano de 2015, um crescimento face ao período homólogo.

~~11~~ ~~F~~ ~~A~~ ~~Q~~ ~~ics~~ ~~J~~ ~~D~~

Na atividade económica e consumo privado em Portugal tem-se assistido a uma melhoria desde o ano de 2013. O indicador de sentimento de confiança económica em Portugal melhorou em 2016 o que pode explicar em grande parte o aumento do consumo.

O crescimento do IHPC (índice harmonizado de preços ao consumidor) no ano de 2016 foi de 0,5. Este valor não foi superior devido à queda dos preços do Brent que servem de preços de referência para Portugal.

Ao nível do setor público, para correção dos desequilíbrios financeiros, existe a necessidade de manter o processo de consolidação orçamental e, ao contrariando a tendência da administração central, a administração regional e local tem vindo a diminuir a sua dívida e respetivos rácios de endividamento.

Na dívida pública tem-se assistido a um aumento galopante, mas, no entanto, parece que este aumento tem tendência a estabilizar e possivelmente a diminuir dadas as restrições orçamentais e compromissos assumidos pelo país.

Apesar de uma melhoria na economia, a situação económica em Portugal nos próximos tempos deverá continuar a estar dependente das restrições orçamentais de financiamento a que está sujeito.

3. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

3.1. Grandes opções do plano

3.1.1. Grandes opções do plano

Análise das GOP					
Código	Classificação Funcional	Dotação	Realização do ano	Grau execução	% realização
1	Funções Gerais	1.605.527,00	1.182.892,53	73,68%	22,96%
1.1.0	Serviços Gerais de Administração Pública				
1.1.1	Administração Geral	688.388,86	406.116,71	59,00%	7,88%
1.1.2	Instalações municipais	545.210,00	429.660,51	78,81%	8,34%
1.1.3	Equipamentos para diversos sectores	30.561,00	30.560,52	100,00%	0,59%
1.1.4	Equipamento e viaturas	69.500,00	66.187,00	95,23%	1,28%
1.2.0	Seg. e ordem Pública				
1.2.1	Proteção Civil e luta contra Incendio	271.867,14	250.367,79	92,09%	4,86%
2	Funções Sociais	3.258.558,99	1.876.358,23	57,58%	36,42%
2.0	Educação				
2.1.0	Ensino não superior	425.399,00	373.228,86	87,74%	7,24%
2.1.2	Serviços auxiliares de ensino	386.023,88	210.557,30	54,55%	4,09%
2.1.3	E.B. 2/3 e ensino secundário -Chamusca				
2.1.9	Serviços auxiliares de ensino				
2.2.0	Saude				
2.2.1	Serviços individuais de saude	150.553,00	47.666,26	31,66%	0,93%
2.3.0	Segurança e ação social				
2.3.2	Ação social	139.914,00	26.501,70	18,94%	0,51%
2.4.0	Habitação e serviços Coletivos				
2.4.1	Habitação	72.823,00	6.642,46	9,12%	0,13%
2.4.2	Ordenamento do Território	88.195,00	4.797,00	5,44%	0,09%
2.4.3	Saneamento	159.953,66	43.401,74	27,13%	0,84%
2.4.5	Resíduos Sólidos	367.600,00	343.130,04	93,34%	6,66%
2.4.6	Proteção meio ambiente e conserv. Da natureza	91.102,00	51.726,98	56,78%	1,00%
2.4.7	Illuminação pública	91.110,61	74.032,78	81,26%	1,44%
2.4.8	Planeamento urbanístico	21.500,00	799,50	3,72%	0,02%
2.5.0	Serviços cult. Recreativos e religiosos				
2.5.1	Cultura	829.524,12	586.755,46	70,73%	11,39%
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	434.860,72	107.118,15	24,63%	2,08%
3	Funções Económicas	1.384.459,97	705.461,28	50,96%	13,69%
3.0	Funções económicas	5.000,00	0,00	0,00%	0,00%
3.2.0	Industria e energia	592.563,00	418.959,27	70,70%	8,13%
3.3.0	Transportes e comunicações				
3.3.1	Transportes rodoviários	349.032,26	214.799,39	61,54%	4,17%
3.3.2	Transportes aéreos	1.000,00	0,00	0,00%	0,00%
3.3.3	Transportes fluviais	40.602,00	34.741,72	85,57%	0,67%
3.4.0	Comercio e turismo				
3.4.1	Mercados e feiras	185.003,00	26.573,60	14,36%	0,52%
3.4.2	Turismo	211.007,00	10.387,30	4,92%	0,20%
3.5.0	Outras funções económicas	252,71	0,00	0,00%	0,00%
4	Outras funções	1.591.765,74	1.387.829,40	87,19%	26,93%
4.1.0	Operações da dívida da autarquia	752.000,00	751.288,30	99,91%	14,58%
4.2.0	Transferencias entre administrações	745.489,00	542.300,36	72,74%	10,52%
4.3.0	Diversas não especificadas	94.276,74	94.240,74	99,96%	1,83%
Total		7.840.311,73	5.151.517,4	65,72%	10,01%

As grandes opções do plano (GOP's) incluem a composição do planeamento económico e social do município, baseiam-se na orientação da estratégia da política desenvolvida

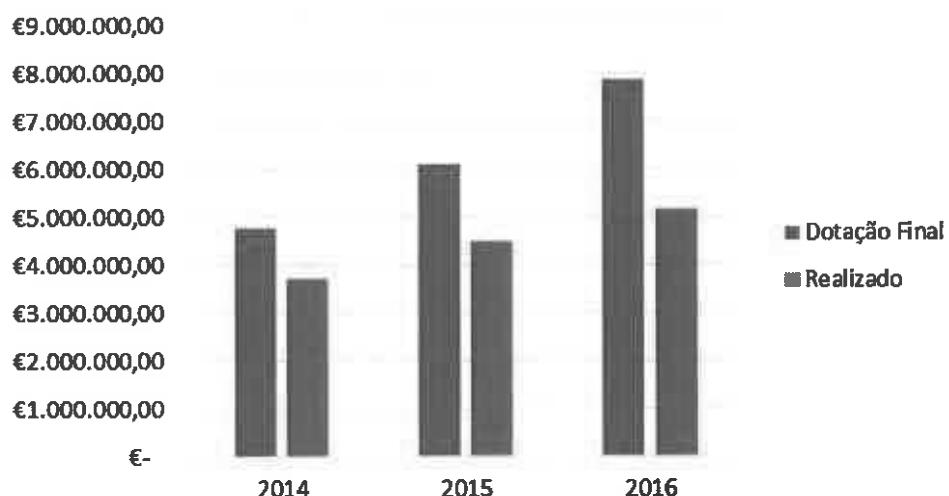
(Assinatura)
pelas atividades que o município considera mais importantes, nomeadamente as intenções de investimento.

Este apresenta as diretrizes de desenvolvimento estratégico da autarquia local onde inclui o plano plurianual de investimentos (PPI) e as atividades mais relevantes (AMR) da Autarquia.

O Município da Chamusca executou 65,72% da dotação inicialmente prevista, nas suas grandes opções do plano. O Município de acordo com o quadro apresentado deu prioridade às funções sociais, onde assumiu uma expressão de 36,42% face ao total e um grau de execução de 57,58%.

Evolução das GOPs			
Ano	2014	2015	2016
Dotação Final	4.765.053,29	6.085.462,40	7.840.311,70
Realizado	3.708.552,81	4.476.058,71	5.152.541,44
Taxa de realização	77,83%	73,55%	65,72%

Evolução das GOPs



Ao longo dos anos em análise, foi no ano de 2016 que o município apresentou a taxa de execução mais baixa (65,72%), nos dois anos económicos anteriores as taxas de realização permaneceram acima dos 70%.

3.1.2. Plano plurianual de investimento

Fim
Ano
AC
J

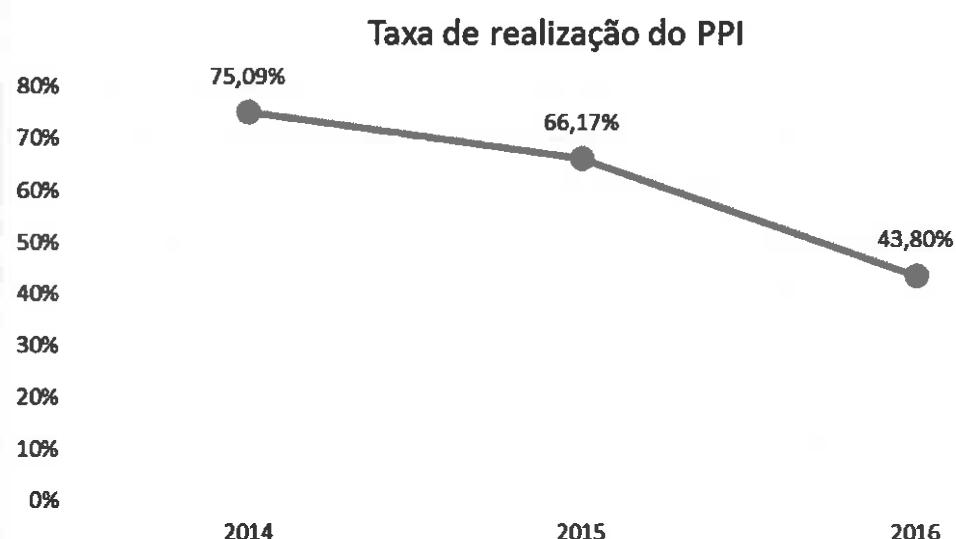
Análise das PPI					
Código	Classificação Funcional	Dotação	Realização	Grau de execução	% realização
1	Funções Gerais	1.303.872,34	904.351,58	69,36%	62,41%
1.1.0	Serviços Gerais de Administração Pública				
1.1.1	Administração Geral	676.897,20	397.849,61	58,78%	27,46%
1.1.2	Instalações municipais	545.210,00	429.660,51	78,81%	29,65%
1.1.3	Equipamentos para diversos sectores				
1.1.4	Equipamento e viaturas	26.000,00	25.258,72	97,15%	1,74%
1.2.0	Seg. e ordem Pública				
1.2.1	Proteção Civil e luta contra Incêndio	55.765,14	51.582,74	92,50%	3,56%
2	Funções Sociais	1.262.426,75	297.640,26	23,58%	20,54%
2.1.0	Educação				
2.1.1	Ensino não superior	252.802,00	216.753,04	85,74%	14,96%
2.1.2	Serviços auxiliares de ensino				
2.1.3	E.B. 2/3 e ensino secundário - Chamusca				
2.1.9	Serviços auxiliares de ensino				
2.2.0	Saúde				
2.2.1	Serviços individuais de saúde	105.000,00	4.919,75	4,69%	0,34%
2.3.0	Segurança e ação social				
2.3.2	Ação social	100.000,00	0,00	0,00%	0,00%
2.4.0	Habitação e serviços Coletivos				
2.4.1	Habitação	60.823,00	4.532,14	7,45%	0,31%
2.4.2	Ordenamento do Território	88.194,00	4.797,00	5,44%	0,33%
2.4.3	Saneamento	136.952,66	23.475,86	17,14%	1,62%
2.4.5	Resíduos Sólidos	12.000,00	5.873,25	48,94%	0,41%
2.4.6	Proteção meio ambiente e conserv. Da natureza	55.500,00	36.489,72	65,75%	2,52%
2.4.7	Iluminação pública				
2.4.8	Planeamento urbanístico	21.500,00	799,50	3,72%	0,06%
2.5.0	Serviços cult. Recreativos e religiosos				
2.5.1	Cultura	223.154,09	0,00	0,00%	0,00%
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	206.501,00	0,00	0,00%	0,00%
3	Funções Económicas	742.235,26	246.999,92	33,28%	17,05%
3.1.0	Funções económicas	5.000,00	0,00	0,00%	0,00%
3.2.0	Indústria e energia	2,00	0,00	0,00%	0,00%
3.3.0	Transportes e comunicações				
3.3.1	Transportes rodoviários	349.030,26	214.799,39	61,54%	14,82%
3.3.2	Transportes aéreos	1.000,00	0,00	0,00%	0,00%
3.3.3	Transportes fluviais	7.200,00	5.626,93	78,15%	0,39%
3.4.0	Comércio e turismo				
3.4.1	Mercados e feiras	185.000,00	26.573,60	14,36%	1,83%
3.4.2	Turismo	195.003,00	0,00	0,00%	0,00%
3.5.0	Outras funções económicas				
4	Outras funções				
4.1.0	Operações da dívida da autarquia				
4.2.0	Transferências entre administrações				
4.3.0	Diversas não especificadas				
Total		1.303.872,34	904.351,58	69,36%	62,41%

No plano plurianual de investimentos estão definidas as grandes linhas de intervenção.

O PPI tem por norma um horizonte temporal de quatro anos e comprehende todos os projetos e ações a realizar no âmbito dos objetivos definidos pela autarquia que impliquem despesas de capital.

Esta autarquia apresentou como dotação mais de três milhões de euros, no entanto realizou despesas de cerca de um milhão de euros, apresentando assim uma taxa de execução de cerca de 44%, sendo a função da administração geral a que apresenta a maior taxa de realização.

Evolução do PPI			
Ano	2014	2015	2016
Dotação Final	1.293.363,00	1.545.413,44	3.308.534,35
Realizado	971.224,76	1.022.564,14	1.448.991,76
Taxa de realização	75,09%	66,17%	43,80%



Existiu um aumento nas previsões desde o ano de 2014 até ao ano de 2016, aumentado quer a dotação prevista final, quer o valor realizado.

3.1.3. Atividades mais relevantes

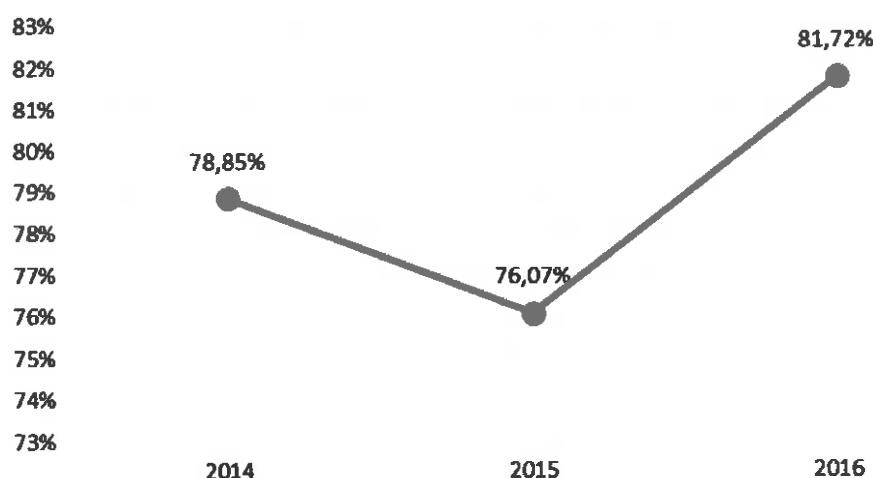
Análise das AMRs						
Código	Classificação Funcional	Dotação	Realização	Grau de execução	% realização	
1	Funções Gerais	301.654,66	278.540,95	92,34%	7,52%	
1.1.0	Serviços Gerais de Administração Pública					
1.1.1	Administração Geral	11.491,66	8.267,10	71,94%	0,22%	
1.1.2	Instalações municipais					
1.1.3	Equipamentos para diversos sectores	30.561,00	30.560,52	100,00%	0,83%	
1.1.4	Equipamento e viaturas	43.500,00	40.928,28	94,09%	1,11%	
1.2.0	Seg. e ordem Pública					
1.2.1	Proteção Civil e luta contra Incêndio	216.102,00	198.785,05	91,99%	5,37%	
	Funções Sociais	1.996.132,24	1.578.717,97	79,09%	42,63%	
1.1.0	Educação					
1.1.1	Ensino não superior	172.597,00	156.475,82	90,66%	4,23%	
1.1.2	Serviços auxiliares de ensino	386.023,88	210.557,30	54,55%	5,69%	
1.1.3	E.B. 2/3 e ensino secundário - Chamusca					
1.1.9	Serviços auxiliares de ensino					
1.2.0	Saude					
1.2.1	Serviços individuais de saude	45.553,00	42.746,51	93,84%	1,15%	
1.3.0	Segurança e ação social					
1.3.2	Ação social	39.914,00	26.501,70	66,40%	0,72%	
1.4.0	Habitação e serviços Coletivos					
1.4.1	Habitação	12.000,00	2.110,32	17,59%	0,06%	
1.4.2	Ordenamento do Território	1,00	0,00	0,00%	0,00%	
1.4.3	Saneamento	23.001,00	19.925,88	86,63%	0,54%	
1.4.5	Resíduos Sólidos	355.600,00	337.256,79	94,84%	9,11%	
1.4.6	Proteção meio ambiente e conserv. Da natureza	35.602,00	15.237,26	42,80%	0,41%	
1.4.7	Illuminação publica	91.110,61	74.032,78	81,26%	2,00%	
1.4.8	Planeamento urbanístico					
1.5.0	Serviços cult. Recreativos e religiosos					
1.5.1	Cultura	606.370,03	586.755,46	96,77%	15,84%	
1.5.2	Desporto, recreio e lazer	228.359,72	107.118,15	46,91%	2,89%	
	Funções Económicas	642.224,71	458.461,36	71,39%	12,38%	
1.1.0	Funções económicas					
1.2.0	Industria e energia	592.561,00	418.959,27	70,70%	11,31%	
1.3.0	Transportes e comunicações					
1.3.1	Transportes rodoviários	2,00	0,00	0,00%	0,00%	
1.3.2	Transportes aéreos					
1.3.3	Transportes fluviais	33.402,00	29.114,79	87,16%	0,79%	
1.4.0	Comercio e turismo					
1.4.1	Mercados e feiras	3,00	0,00	0,00%	0,00%	
1.4.2	Turismo	16.004,00	10.387,30	64,90%	0,28%	
1.5.0	Outras funções económicas	252,71	0,00	0,00%	0,00%	
	Outras funções	1.591.765,74	1.387.829,40	87,19%	37,47%	
1.1.0	Operações da dívida da autarquica	752.000,00	751.288,30	99,91%	20,29%	
1.2.0	Transferências entre administrações	745.489,00	542.300,36	72,74%	14,64%	
1.3.0	Diversas não especificadas	94.276,74	94.240,74	99,96%	2,54%	
Total		1.591.765,74	1.387.829,40	87,19%	37,47%	

O plano das atividades mais relevantes é visto como um documento auxiliar à gestão, com uma estrutura equivalente à do plano plurianual de investimento. Contempla também projetos ou ações importantes para a autarquia e, apesar das condicionantes, estas despesas podem ser de capital ou correntes.

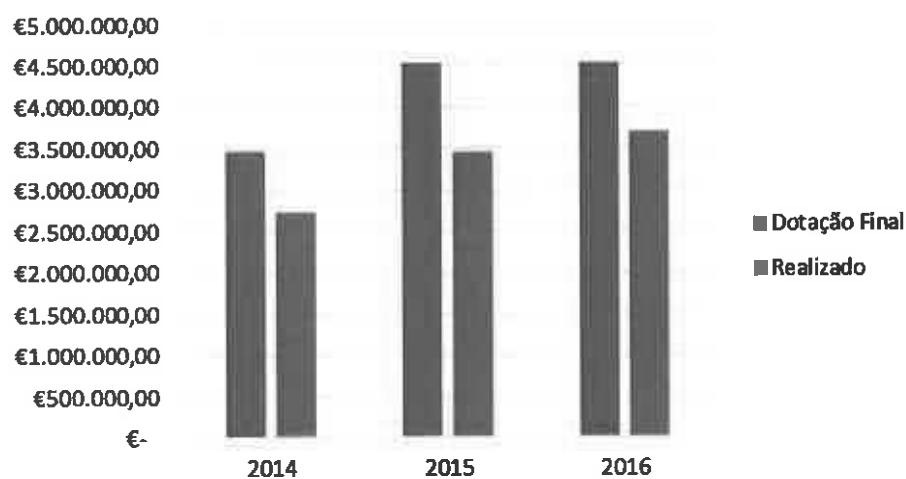
Na análise ao ano de 2016, constatamos que mais de 40% da realização das funcionais corresponde às funções sociais sendo que, dentro desta classificação, as que tiveram o maior valor de despesa foram a cultura, os resíduos sólidos urbanos, os serviços auxiliares de ensino e o ensino não superior.

Evolução das AMRs			
Ano	2014	2015	2016
Dotação Final	3.471.690,29	4.540.048,96	4.531.777,35
Realizado	2.737.328,05	3.453.494,57	3.703.549,68
Taxa de realização	78,85%	76,07%	81,72%

Taxa de realização das AMRs



Evolução das AMRs

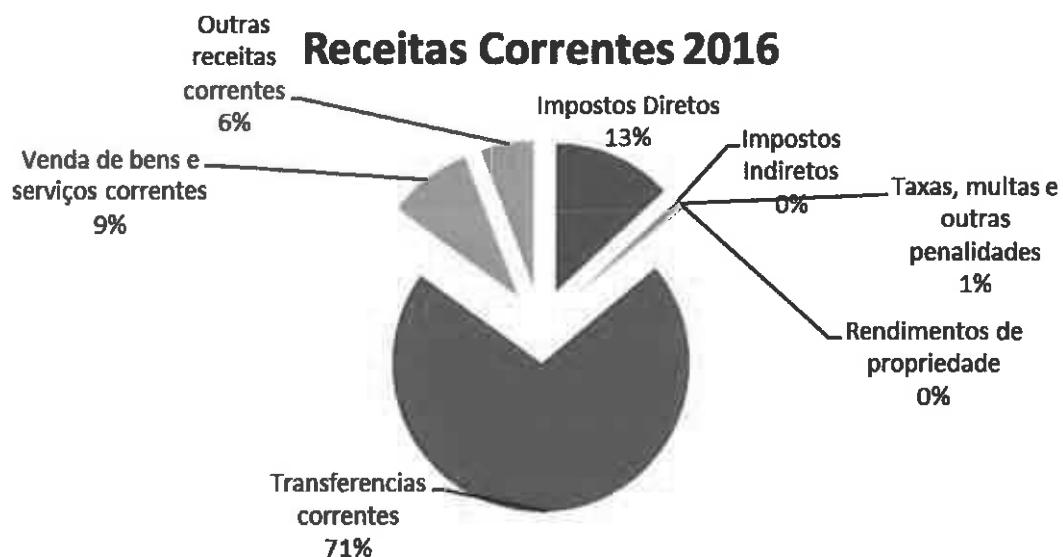


A taxa de realização das AMR's tem um aumento significativo de 2015 para 2016, sendo que, entre 2014 e 2015 houve uma diminuição de 2,78%.

3.2. Orçamento da receita

3.2.1. Receitas correntes

Receitas Correntes 2016					
	Composição	Previsões corrigidas	Valor executado	Taxa de execução	% Execução
01	Impostos Diretos	1.305.100,00	1.171.861,86	89,79%	13,11%
02	Impostos Indiretos	6.350,00	5.748,14	90,52%	0,06%
04	Taxas, multas e outras penalidades	41.250,00	48.218,11	116,89%	0,54%
05	Rendimentos de propriedade	24.100,00	15.341,57	63,66%	0,17%
06	Transferencias correntes	6.422.029,00	6.357.730,84	99,00%	71,15%
07	Venda de bens e serviços correntes	731.150,00	819.712,70	112,11%	9,17%
08	Outras receitas correntes	279.439,00	517.380,83	185,15%	5,79%
Total das Receitas Correntes		8.809.418,00	8.935.994,05	101,44%	



No ano de 2016 o total das receitas correntes tiveram uma taxa de execução superior a 100%, como podemos constatar as receitas correntes são provenientes em grande parte da classificação 06 (transferências correntes) onde esta representa mais de 71% do valor da receita cobrada líquida. Além das transferências correntes os impostos diretos cobrados pelo município também representam um valor significativo 13%. No ano de 2016 as taxas, multas e outras penalidades, vendas de bens e serviços correntes e outras receitas correntes superaram as previsões iniciais e corrigidas.

Impostos diretos diversos 0,00 0%



O imposto municipal sobre imóveis (IMI) tem o maior peso no apuramento dos impostos diretos, este representa cerca de 62% do total apurado.



Fazendo uma análise ao ano de 2016, podemos visualizar nos gráficos e no quadro que o município é bastante dependente das receitas provenientes do orçamento de estado. Quase 57% das receitas são obtidas pelas transferências do fundo de equilíbrio financeiro. Ao analisar até 2014 a execução orçamental das receitas, comparando sempre com o ano de 2016, podemos afirmar que a receita corrente tem vindo a aumentar sistematicamente ao longo dos anos. A receita de capital tem vindo a aumentar, a receita de capital obtida no ano de 2016 foi superior ao ano de 2015. Finalizando com uma análise à receita total no ano de 2016 o município aumentou a receita total face ao período homólogo.

3.2.2. Receitas de capital

Receitas Capital					
	Composição	Previsões corrigidas	Valor executado	Taxa de execução	% Execução
09	Impostos Diretos	32.850,00	4.081,44	12,42%	0,38%
10	Impostos Indiretos	1.963.068,00	1.065.631,98	54,28%	99,62%
11	Ativos financeiros	100,00	0,00	0,00%	0,00%
13	Rendimentos de propriedade	300,00	0,00	0,00%	0,00%
Total das Receitas Capital		1.996.318,00	1.069.713,42	53,58%	100,00%

No que respeita às receitas de capital do município, estas são quase exclusivamente dependentes dos impostos indiretos, ou seja, do fundo de equilíbrio financeiro da sua componente de capital. Estes representam mais de 99% do total das receitas cobradas líquidas.

3.2.3. Evolução das receitas

Execução orçamental das receitas cobradas					
Ano	2014 (€)	2015 (€)	2016 (€)	Vari % (2015-2016)	Vari % (2010-2014)
Impostos Diretos	1.300.417,09	1.232.899,55	1.171.861,86	-4,95%	-9,89%
Imposto municipal sobre imóveis (IMI)	758.635,59	765.827,96	722.570,73	-5,65%	-4,75%
Imposto único de circulação (IUC)	182.170,19	159.051,41	154.754,98	-2,70%	-15,05%
Imposto municipal sobre transmissões (IMT)	242.711,62	177.368,00	172.803,52	-2,57%	-28,80%
Derrama	116.899,69	130.652,18	121.732,63	-6,83%	4,13%
Impostos abolidos	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Impostos diretos diversos	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Impostos indiretos	5.412,58	9.437,50	5.748,14	-39,09%	6,20%
Taxas, multas e outras penalidades	13.958,54	70.187,57	48.218,11	-31,30%	245,44%
Rendimentos de propriedade	19.736,52	26.255,92	15.341,57	-41,57%	-22,27%
Venda de bens e prestação de serviços corrente	644.444,14	650.317,91	819.712,70	26,05%	27,20%
Transferências correntes	6.311.604,79	6.337.469,95	6.357.730,84	0,32%	0,73%
Fundo equilíbrio financeiro	5.642.718,00	5.556.913,00	5.628.635,00	1,29%	-0,25%
Fundo social municipal	130.690,00	164.946,00	164.946,00	0,00%	26,21%
Participação fixa IRS	151.913,00	211.670,00	212.144,00	0,22%	39,65%
Outras transferências da administração central	222.946,56	252.265,27	231.680,02	-8,16%	3,92%
Outras transferências correntes	163.337,23	151.675,68	120.325,82	-20,67%	-26,33%
Outras receitas correntes	296.319,20	425.442,76	517.380,83	21,61%	74,60%
Total das receitas correntes	8.551.881,00	8.752.011,19	8.197.924,05	-7,10%	-4,00%
Venda de bens de investimento	23.092,45	27.702,91	4.061,44	-82,27%	-82,53%
Transferências de capital	849.191,73	980.632,00	1.065.631,98	8,67%	25,49%
Fundo equilíbrio financeiro	626.969,00	980.632,00	993.288,00	1,29%	58,43%
Outras transferências da administração central	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Fundos comunitários	222.222,73	0,00	72.343,98	0,00%	-67,45%
Outras transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Total das receitas de capital	872.286,18	1.008.334,91	1.069.713,42	6,09%	32,63%
Outras receitas	122,05	4.774,09	3.976,33	-18,67%	3.159,57%
Receita total	9.464.298,00	9.765.120,18	10.009.681,76	2,50%	3,76%

No comparativo da execução orçamental das receitas do ano 2014 até ao ano de 2016, pode-se afirmar que a receita tem vindo a aumentar sistematicamente ao longo dos anos. Para este aumento contribuiu o aumento da venda de bens e prestação de serviços correntes, as outras receitas correntes e o fundo de equilíbrio financeiro (componente capital).

Relativamente à receita de capital do FEF do ano de 2014 para 2015 a aumento foi de 58%, tendo, de 2015 para 2016, um acréscimo de apenas 1,29%.

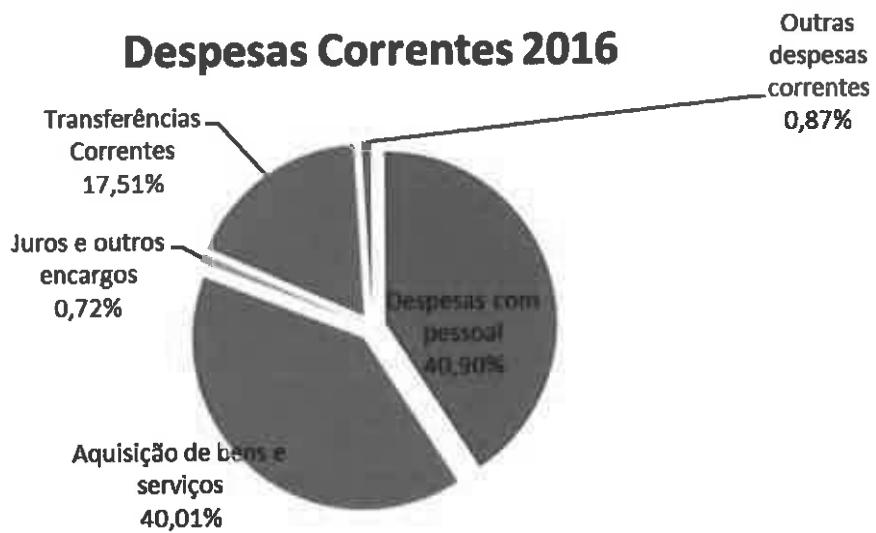
Finalizando a análise à receita total do ano de 2016, o Município da Chamusca aumentou a receita total face aos anos de 2014 e 2015.

No ano de 2016 o Município teve uma receita superior face a 2014 (EUR 545.386,69), e em 2015 (EUR 244.565,62), justificada pelo aumento da venda de bens e prestação de serviços correntes, as outras receitas correntes e o fundo de equilíbrio financeiro (componente capital).

3.3. Orçamento da despesa

3.3.1. Despesas correntes

Despesas Correntes 2016					
	Composição	Provisões corrigidas	Valor executado (pago)	Tx de execução	Percentagem
01	Despesas com pessoal	3.235.583,00	2.980.496,05	92,12%	40,90%
02	Aquisição de bens e serviços	3.749.546,36	2.915.585,29	77,76%	40,01%
03	Juros e outros encargos	70.859,00	52.661,46	74,32%	0,72%
04	Transferências Correntes	1.479.799,64	1.275.760,05	86,21%	17,51%
06	Outras despesas correntes	69.901,00	63.144,10	90,33%	0,87%
Total das despesas correntes		8.605.689,00	7.287.646,95	84,68%	



A execução das despesas correntes apresentou uma taxa de 84,68% face às provisões existentes.

As despesas com pessoal apresentam uma fatia significativa das despesas correntes no ano de 2016, representando quase 41% das mesmas.

A aquisição de bens e serviços apesar de ter uma taxa de execução mais baixa, corresponde a mais de 40% dos custos correntes.

3.3.2. Despesas de capital

Despesas de Capital 2016					
	Composição	Provisões corrigidas	Valor executado	Tx de execução	Percentagem
07	Aquisição de bens de investimento	3.308.534,35	1.448.991,76	43,80%	59,14%
08	Transferências de capital	436.320,00	155.685,91	35,68%	6,35%
09	Ativos financeiros	82.350,00	82.319,00	99,96%	3,36%
10	Passivos financeiros	752.000,00	751.288,30	99,91%	30,66%
11	Outras despesas de Capital	11.922,74	11.921,74	99,99%	0,49%
Total das despesas correntes		4.591.127,09	2.450.206,71	53,37%	100,00%



As despesas de capital apresentam uma taxa de execução de 53,37%, apesar da taxa de execução dos ativos financeiros, dos passivos financeiros e das outras despesas de capital se situar quase nos 100%.

A aquisição de bens de investimento apresentou uma taxa de execução de 59,13%, sendo que esta era a que tinha a previsão mais elevada, condicionando a taxa de execução global superior.

3.3.3. Evolução das despesas

Ano	Evolução orçamental da despesa				
	2014	2015	2016	Var % (2016-2015)	Var % (2016-2014)
Despesas correntes					
Despesas com pessoal	3.100.977,85	2.999.171,91	2.980.496,05	-0,62%	-3,89%
Aquisição de bens e serviços	2.139.049,69	2.224.312,72	2.915.585,29	31,08%	36,30%
Juros e outros encargos	82.706,11	66.544,65	52.661,46	-20,86%	-36,33%
Transferências Correntes	647.991,08	1.063.536,53	1.275.760,05	19,95%	96,88%
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Outras despesas correntes	157.571,97	93.281,07	63.144,10	-32,31%	-59,93%
Total das Despesas Correntes	6.128.296,70	6.446.846,88	7.287.546,95	13,04%	18,92%
Despesas de capital					
Aquisição de bens de capital	971.224,76	1.022.564,14	1.448.991,76	41,70%	49,19%
Transferências de capital	292.380,83	601.804,68	155.685,91	-74,13%	-46,75%
Ativos financeiros	0,00	82.319,00	82.319,00	0,00%	0,00%
Passivos financeiros	1.083.175,66	751.288,30	751.288,30	0,00%	-30,64%
Outras despesas de capital	0,00	6.440,00	11.921,74	85,12%	0,00%
Total das despesas de capital	2.346.781,25	2.464.416,12	2.450.206,71	-0,58%	4,41%
Despesa total	8.475.077,95	8.911.263,00	9.737.553,66	9,28%	14,00%

Os custos com pessoal no ano de 2016 tem vindo a diminuir relativamente aos dois anos transatos analisados. Contribuíram em grande parte para este decréscimo a redução de pessoal e as reduções remuneratórias.

Da mesma forma, a aquisição de bens e serviços sofreu um aumento quando comparados com os anos de 2014 e 2015, EUR 85.263,03 e EUR 691.272,57, respetivamente.

As despesas com juros e outros encargos tem reduzindo significativamente nos últimos anos devido à diminuição do número de empréstimos.

As transferências correntes, pelo contrário, tiveram um aumento significativo na evolução da despesa. Os valores de aquisição de bens de capital aumentaram face ao ano de 2015.

Quando comparado o ano de 2016 com os dois anos anteriores, as transferências correntes aumentaram.

As transferências de capital, tiveram um aumento significativo de 2014 para 2015 (EUR 309.423,85), em grande parte, pelas transferências para as freguesias, nomeadamente com contratos interadministrativos. De 2015 para 2016 verificou-se uma diminuição de EUR 446.118,77 nas transferências de capital.

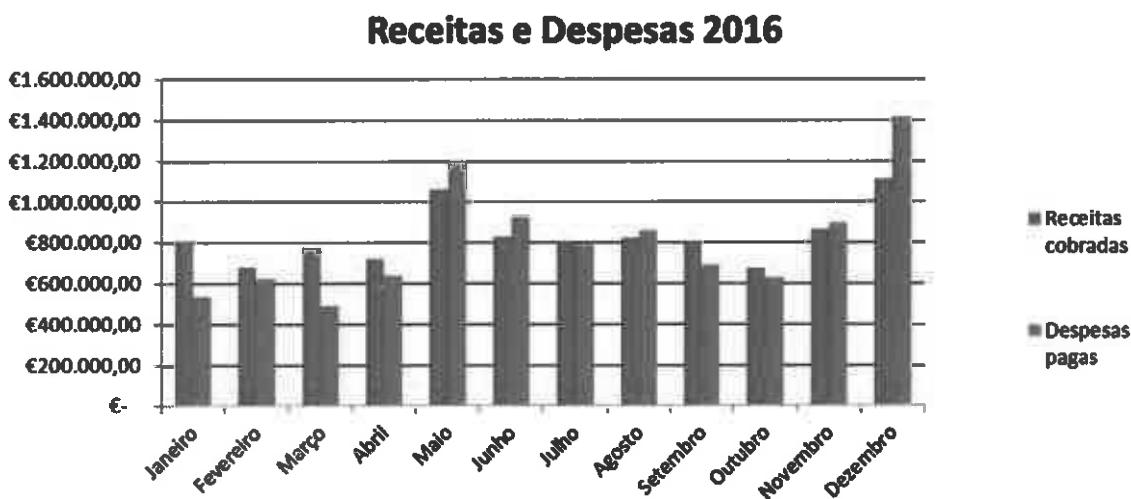
3.4 Análise Global

3.4.1 Estrutura orçamental

Estrutura Orçamental		
Composição	Valor	%
Total da Receita cobrada	10.009.685,78	100%
Receitas Correntes	8.935.994,05	89,27%
Receitas de Capital	1.069.713,42	10,69%
Reposições não abatidas	3.978,31	0,37%
Total da Despesa paga	9.737.853,66	100%
Despesa Corrente	7.287.646,95	74,84%
Despesa de Capital	2.450.206,71	25,16%

Mês	Receitas cobradas			Despesas pagas			Diferenças			
	Janeiro	Fevereiro	Março	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro
Janeiro	724.891,93	84.812,48	3.966,11	813.670,52	443.907,75	91.981,05	535.888,80	280.984,18	-7.168,57	273.815,61
Fevereiro	599.950,29	81.882,10	0,00	681.832,39	571.572,10	55.826,91	627.399,01	28.378,19	26.055,19	54.433,38
Março	694.256,26	81.785,16	0,00	776.042,42	447.437,03	43.707,84	491.144,87	246.819,23	38.078,32	284.897,55
Maio	639.965,70	86.006,16	0,00	725.971,86	513.933,47	129.423,37	643.356,84	126.032,23	-43.417,21	82.615,02
Junho	982.882,41	82.841,16	12,20	1.065.735,77	795.343,48	406.742,89	1.202.086,37	187.538,93	-323.901,78	-136.362,80
Julho	683.150,82	148.954,76	0,00	832.105,58	770.719,13	164.859,58	935.578,71	-87.568,31	-15.904,82	-103.473,13
Agosto	731.381,46	82.774,00	0,00	814.155,46	651.333,72	140.498,75	791.832,47	80.047,74	-57.724,75	22.322,99
Setembro	745.797,58	83.049,12	0,00	828.846,70	706.169,45	156.924,78	863.094,23	39.628,13	-73.875,66	-34.247,53
Outubro	723.773,73	89.045,50	0,00	812.819,23	553.191,16	142.265,42	693.456,58	172.582,57	-53.219,92	119.362,65
Novembro	592.379,44	83.013,98	0,00	675.393,42	592.315,96	40.005,59	632.321,55	63,48	43.008,39	43.071,87
Dezembro	783.412,88	82.774,00	0,00	866.186,88	529.043,53	371.360,56	900.404,09	254.369,35	-288.586,56	-94.217,21
	1.034.151,55	82.774,00	0,00	1.116.925,55	714.680,17	706.609,97	1.421.290,14	319.471,38	-623.835,97	-504.364,59

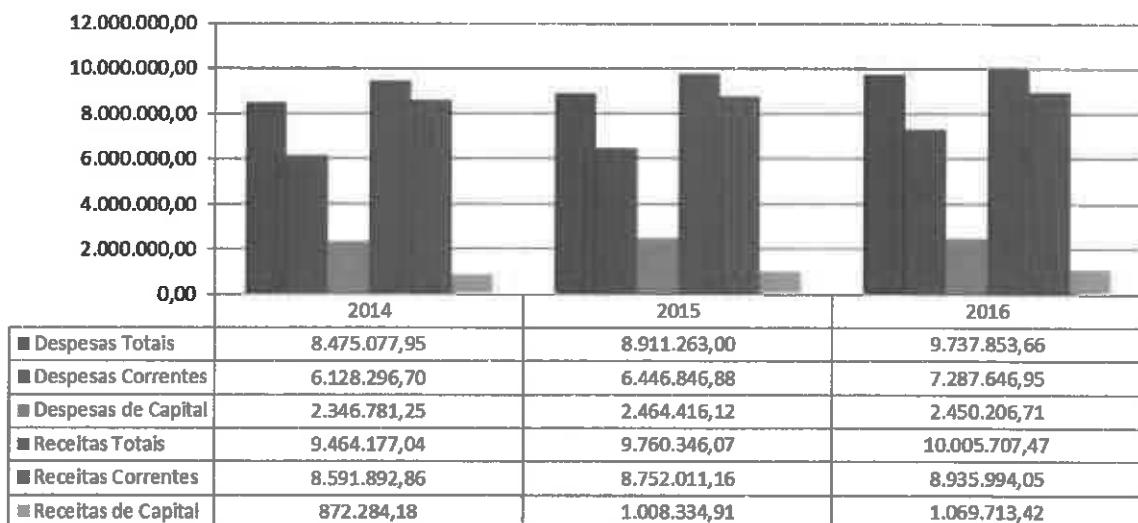
A receita cobrada foi superior à despesa paga e as receitas correntes representam quase 90% do total das receitas.



A evolução mensal da despesa paga e receita cobrada em 2015 teve os seus picos nos meses de maio e dezembro.

Evolução das receitas e das despesas			
	2014	2015	2016
Despesas Totais	8.475.077,95	8.911.263,00	9.737.853,66
Despesas Correntes	6.128.296,70	6.446.846,88	7.287.646,95
Despesas de Capital	2.346.781,25	2.464.416,12	2.450.206,71
Receitas Totais	9.464.177,04	9.760.346,07	10.005.707,47
Receitas Correntes	8.591.892,86	8.752.011,16	8.935.994,05
Receitas de Capital	872.284,18	1.008.334,91	1.069.713,42

Evolução das receitas e das despesas



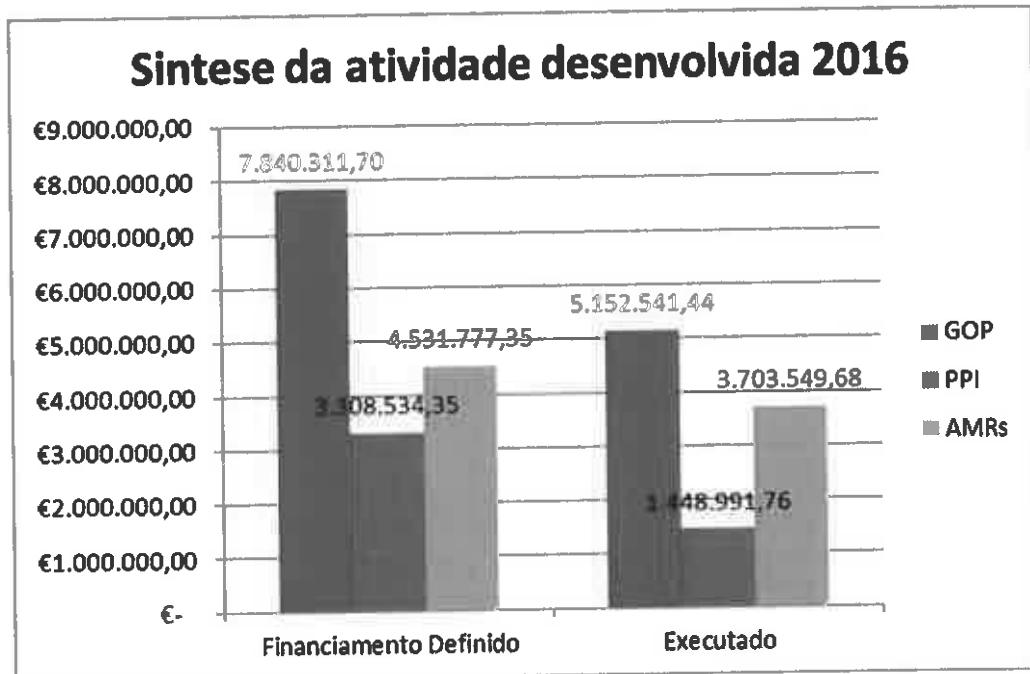
As receitas cobradas líquidas foram sempre superiores às despesas pagas entre os anos em análise, no entanto a partir do ano de 2014 as receitas tiveram um excedente face à despesa de 12% em 2014 e 10% em 2015.

4. SÍNTSE DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA

As Grandes Opções do Plano (GOP) constituem um elemento primordial e estruturante das políticas macroeconómicas da autarquia, fundamentam a orientação estratégica da política desenvolvida enquanto parte integrante deste documento. As GOP's apresentam as linhas estratégicas do desenvolvimento da autarquia, onde incluem o plano plurianual de investimento (PPI) e as atividades mais relevantes (AMR's).

O PPI inclui todos os projetos e ações a realizar no âmbito dos objetivos estabelecidos pela autarquia local que impliquem despesas orçamentais a realizar por investimentos. As AMR's são encaradas como um documento auxiliar à gestão autárquica, e são de certa forma enquadradas à semelhança do PPI, onde a autarquia inscreve as ações ou projetos que se relevem de interesse e possam ser destacados, apesar de implicarem despesas diferentes das de investimento.

Atividade desenvolvida 2016-Grandes Opções do Plano		
	Financiamento Definido	Executado
GOP	7.840.311,70	5.152.541,44
PPI	3.308.534,35	1.448.991,76
AMRs	4.531.777,35	3.703.549,68



Na ótica da despesa das GOP's pode-se constatar que foram executados EUR 5.152.541,44 o que corresponde a 66% do montante definido para financiamento.

No caso do plano plurianual de investimento esse rácio foi inferior e situou-se na casa dos 44% do valor inicialmente dotado.

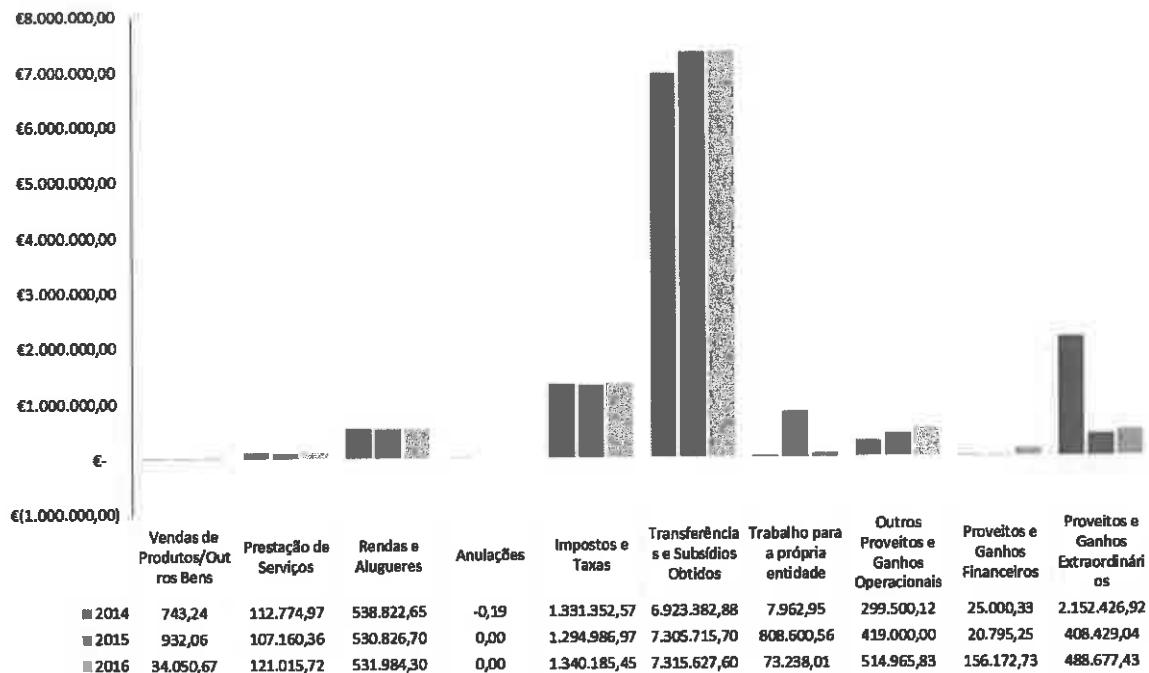
As AMR's tiveram um grau de execução superior 81%. Como se pode visualizar no quadro e no gráfico, a composição das GOP's são constituídas, na sua grande maioria, pelas AMR's que tem um peso superior a 50% no montante definido e superior a 70% no executado.

5. ANÁLISE À SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

5.1. Análise dos proveitos e ganhos

PROVEITOS E GANHOS (EVOLUÇÃO) (2014-2016)						
Designação	2014	Peso %	2015	Peso %	2016	Peso %
7112+7113+7114 – Vendas de Produtos/Outros Bens	743,24	0,01%	932,06	0,01%	34.050,67	0,32%
712 – Prestação de Serviços	112.774,97	0,99%	107.160,36	0,98%	121.015,72	1,14%
713 – Rendas e Alugueres	538.822,65	4,73%	530.826,70	4,87%	531.984,30	5,03%
716 - Anulações	-0,19	0,00%	0,00	0,00%	0	0,00%
72 – Impostos e Taxas	1.331.352,57	11,69%	1.294.986,97	11,88%	1.340.185,45	12,67%
74 – Transferências e Subsídios Obtidos	6.923.382,88	60,77%	7.305.715,70	67,05%	7.315.627,60	69,17%
75 – Trabalho para a própria entidade	7.962,95	0,07%	808.600,56	7,42%	73.238,01	0,69%
76 – Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	299.500,12	2,63%	419.000,00	3,85%	514.965,83	4,87%
78 – Proveitos e Ganhos Financeiros	25.000,33	0,22%	20.795,25	0,19%	156.172,73	1,48%
79 – Proveitos e Ganhos Extraordinários	2.152.426,92	18,89%	408.429,04	3,75%	488.677,43	4,62%
Totais	11.391.966,44	100,00%	10.896.446,64	100,00%	10.575.917,74	100,00%

Proveitos e Ganhos

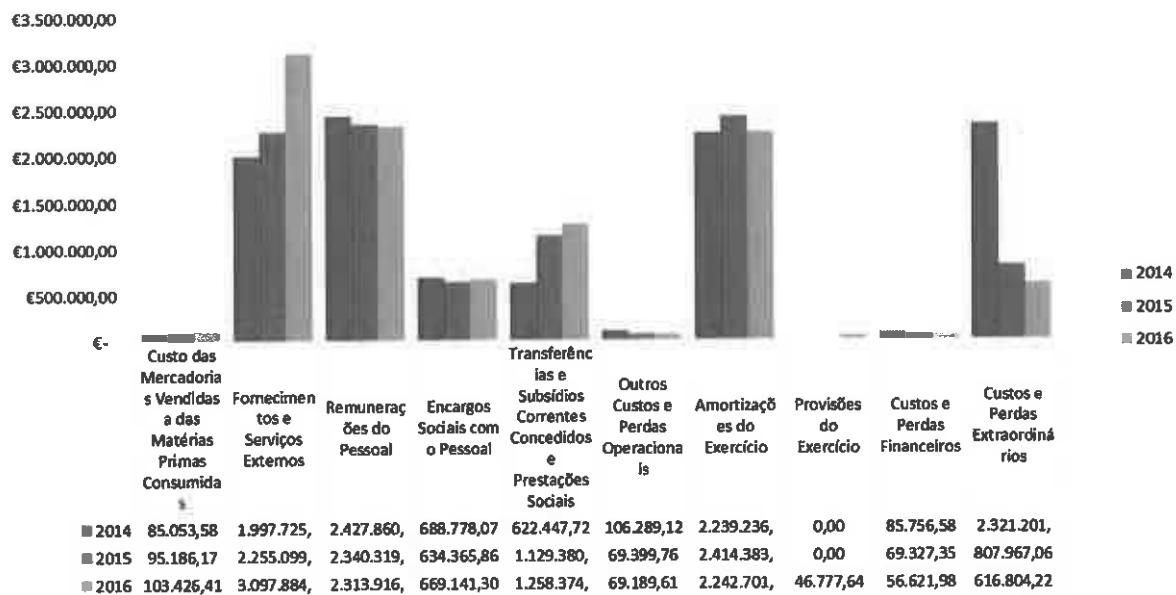


As receitas do município são, à semelhança dos anos transatos, dependentes das transferências do orçamento de estado. Analisando os dois períodos anteriores, pode-se também afirmar que, nos anos transatos, essa dependência tem vindo a manter-se.

5.2. Análise dos custos e perdas

EVOLUÇÃO CUSTOS E PERDAS-EVOLUÇÃO (2014-2016)						
Designação	2014	Peso %	2015	Peso %	2016	Peso %
61 – Custo das Mercadorias Vendidas a das Matérias Primas Consumidas	85.053,58	0,80%	95.186,17	0,97%	103.426,41	0,99%
62 – Fornecimentos e Serviços Externos	1.997.725,95	18,89%	2.255.099,83	22,98%	3.097.884,39	29,57%
641+642 – Remunerações do Pessoal	2.427.860,35	22,96%	2.340.319,28	23,84%	2.313.916,84	22,09%
643 a 648 – Encargos Sociais com o Pessoal	688.778,07	6,51%	634.365,86	6,46%	669.141,30	6,39%
63 – Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	622.447,72	5,89%	1.129.380,19	11,51%	1.258.374,66	12,01%
65 – Outros Custos e Perdas Operacionais	106.289,12	1,01%	69.399,76	0,71%	69.189,61	0,66%
66 – Amortizações do Exercício	2.239.236,65	21,18%	2.414.383,92	24,60%	2.242.701,30	21,41%
67 – Provisões do Exercício	0	0,00%	0,00	0,00%	46.777,64	0,45%
68 – Custos e Perdas Financeiros	85.756,58	0,81%	69.327,35	0,71%	56.621,98	0,54%
69 – Custos e Perdas Extraordinários	2.321.201,97	21,95%	807.967,06	8,23%	616.804,22	5,89%
Totais	10.574.349,99	100,00%	9.815.429,42	100,00%	10.474.838,35	100,00%

Custos e Perdas



Patrimonialmente, os custos e perdas do Município no ano de 2016 estão repartidos em 4 grandes blocos:

- Os fornecimentos e serviços externos 29,57%;
- Os custos com pessoal 28,48% (incluindo encargos);
- Os custos com as amortizações representam 21,41%;
- As transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais 12,01%.

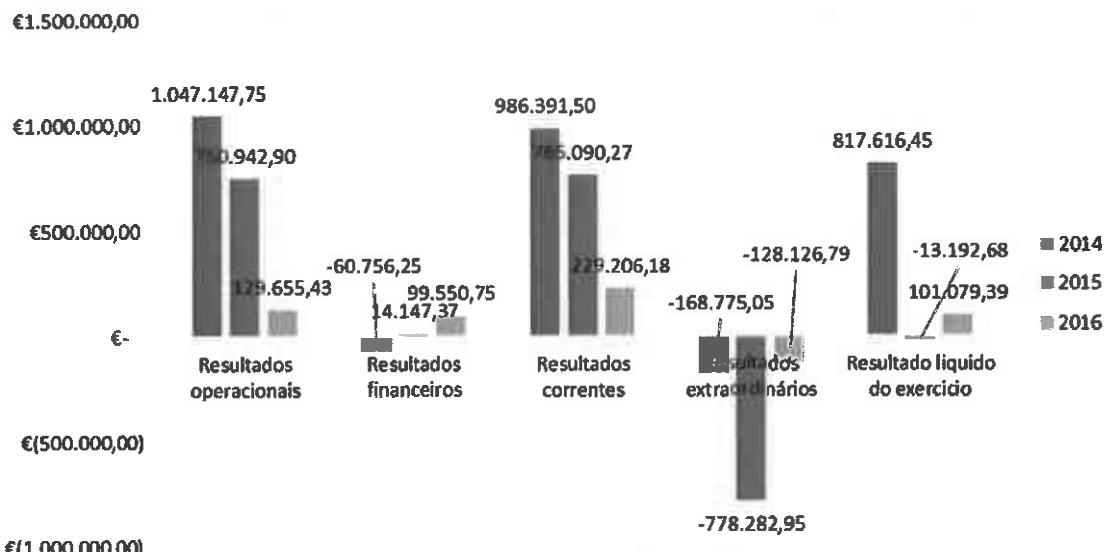
Comparativamente aos anos anteriores pode verificar-se que as transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais tiveram um aumento significativo devido às transferências efetuadas para as juntas de freguesia.

Os custos e perdas extraordinários sofreram uma redução significativa face ao ano anterior.

5.3. Análise de resultados

Análise de resultados				
	Ano	2014	2015	2016
Resultados operacionais		1.047.147,75	750.942,90	129.655,43
Resultados financeiros		-60.756,25	14.147,37	99.550,75
Resultados correntes		986.391,50	765.090,27	229.206,18
Resultados extraordinários		-168.775,05	-778.282,95	-128.126,79
Resultado líquido do exercício		817.616,45	-13.192,68	101.079,39

Resultados



O resultado operacional gerado pelo Município (diferença entre os proveitos operacionais e custos operacionais) teve um resultado de EUR 129.655,43 sendo este valor inferior ao do ano transato.

Resultado Financeiro apurado tem vindo a melhorar, de 2015 para 2016 verificou-se um aumento de EUR 85.403,38.

Assim no ano de 2016 resultados correntes (resultados operacionais + resultados financeiros) apesar de positivos são bastante inferiores aos do ano transato.

Os resultados extraordinários dizem respeito às diferenças entre os custos e perdas e os proveitos e ganhos de natureza extraordinária, têm em conta valores extraordinários, ou seja, ocasionais, eventuais, pontuais sendo assim tratados separadamente. Os resultados extraordinários no ano de 2016 foram negativos, mas verifica-se uma

(Handwritten notes: X, M, F, C, O, J, S)

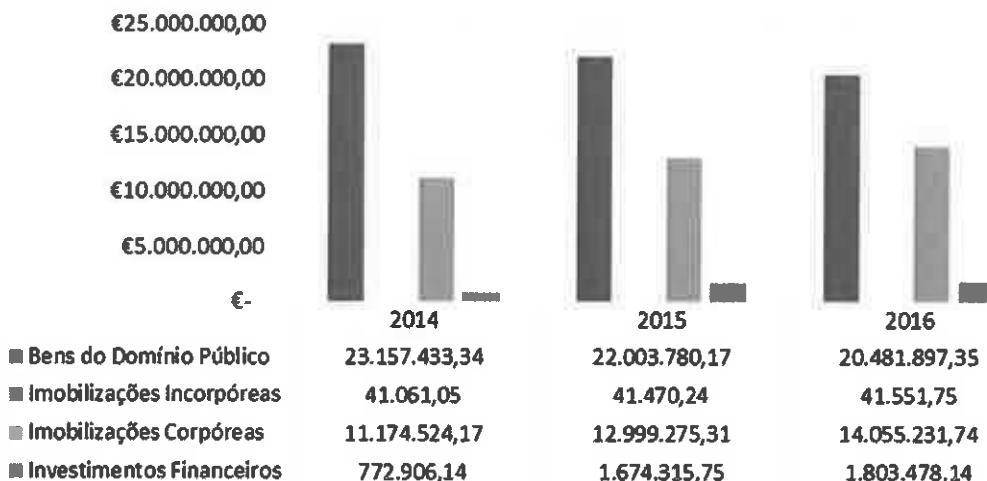
melhoria relativamente ao ano de 2015. Foi também o ano que teve o melhor desempenho dos últimos 3 anos em análise.

Por fim ao analisar o resultado líquido do exercício do ano de 2016 podemos constatar que o RLE se deve em grande parte aos resultados operacionais e aumento dos resultados extraordinários.

5.4. Estrutura do Imobilizado

Conta e Designação	2014		2015		2016	
	Valor	Peso em %	Valor	Peso em %	Valor	Peso em %
Bens do Domínio Público	23.157.433,34	65,89%	22.003.780,17	59,93%	20.481.897,35	56,30%
451 - Terrenos e Recursos Naturais	100.924,70	0,29%	100.924,70	0,27%	101.449,05	0,28%
453 - Outras Construções e Infra-Estruturas	19.381.226,17	55,15%	21.197.041,06	57,73%	19.984.457,36	54,93%
455 - Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural	269.855,89	0,77%	269.855,89	0,73%	269.855,89	0,74%
459 - Outros Bens de Domínio Público	64.465,50	0,18%	58.512,07	0,16%	65.471,21	0,18%
445 - Imobilizações em Curso	3.340.961,08	9,51%	377.446,45	1,03%	60.663,84	0,17%
Total - Bens do Domínio Público	41.061,05	1,12%	41.470,24	1,11%	41.551,75	0,11%
432 - Despesas de investigação e desenvolvimento	15.796,90	0,04%	12.234,00	0,03%	40.808,66	0,11%
433 - Propriedade Industrial e Outros Direitos	670,15	0,00%	644,74	0,00%	743,09	0,00%
443 - Imobilizações em Curso	24.594,00	0,07%	28.591,50	0,08%	0,00	0,00%
Total - Imobilizações Incorpóreas	11.174.524,17	31,29%	12.999.275,31	35,40%	14.055.231,74	35,63%
421 - Terrenos e Recursos Naturais	2.335.527,70	6,65%	2.812.814,03	7,66%	3.382.659,81	9,30%
422 - Edifícios e Outras Construções	4.806.598,40	13,68%	6.852.360,26	18,66%	9.713.982,00	26,70%
423 - Equipamento Básico	153.724,45	0,44%	152.302,66	0,41%	163.921,60	0,45%
424 - Equipamento de Transporte	37.495,47	0,11%	102.339,04	0,28%	151.262,29	0,42%
425 - Ferramentas e Utensílios	2.789,92	0,01%	4.755,34	0,01%	6.302,80	0,02%
426 - Equipamento Administrativo	53.819,63	0,15%	108.809,35	0,30%	146.033,64	0,40%
427 - Taras e Vasculhame	998,97	0,00%	799,40	0,00%	599,83	0,00%
429 - Outras Imobilizações Corpóreas	59.189,61	0,17%	65.947,38	0,18%	112.857,05	0,31%
442 - Imobilizações em Curso	3.724.380,02	10,60%	2.899.147,85	7,90%	377.612,72	1,04%
Total - Imobilizações Corpóreas	11.174.524,17	31,29%	12.999.275,31	35,40%	14.055.231,74	35,63%
411 - Partes da Capital	772.906,14	2,20%	1.098.083,67	2,99%	1.227.246,06	3,37%
412 - Obrigações e títulos de participação		0,00%	576.232,08	1,57%	576.232,08	1,58%
441 - Imobilizações em curso	0,00	0,00%		0,00%	0,00	0,00%
Total - Investimentos Financeiros	772.906,14	2,20%	1.674.315,75	4,54%	1.803.478,14	4,94%
Total - Estrutura do Imobilizado	38.845.023,00	100,00%	36.718.841,47	100,00%	36.387.158,98	100,00%

Estrutura do Imobilizado



(Handwritten marks: a large circle with a cross, a small circle with a cross, and a large circle with a cross)

Na estrutura do imobilizado verificou-se uma diminuição de cerca de 0,5% do total do imobilizado do município face ao ano de 2015.

Tal como em anos anteriores, os bens de domínio público continuam a evidenciar um peso significativo na estrutura do imobilizado (56,30%), seguido pelos bens corpóreos com 36,64%.

(Handwritten marks: a large circle with a cross, a small circle with a cross, and a large circle with a cross)

É de destacar a redução do imobilizado em curso na estrutura do imobilizado. Este trabalho foi desenvolvido com o intuito de reduzir significativamente o imobilizado em curso, sendo este um dos pontos sistemáticos nos relatórios da certificação legal de contas. Este esforço efetuado sobre o imobilizado espelha o aumento significativo das contas 453 - outras construções e infraestruturas e a conta 422 - edifícios e outras construções.

6. DÍVIDA

6.1. Evolução da dívida a terceiros

Dívida a terceiros de CP e MLP					
Contas	Descrição	2014	2015	2016	
231	Dividas a instituições de crédito	4.107.729,78	3.356.441,48	2.605.153,18	
22	Fornecedores CC	37.446,95	82.246,70	10.198,96	
21	Clientes e utentes c/ cauções	10.005,67	10.005,67	10.005,67	
261	Fornecedores de imobilizado C/C	113.581,84	264.939,47	113.581,84	
23	Estado e outros entes publicos	79.756,05	60.072,28	65.239,91	
24	Administração autárquica	1.100,00	7.506,62	0,00	
62+263+267+268	Outros credores	1.505,66	518.153,18	418.037,52	
2231	Fornecimentos vendas a dinheiro-Mercado nacional			0,00	
265	Operações de tesouraria	83,38	74,95	78,90	
2613	Fornecedores de Imobilizado-Leasing	56.199,97	25.258,69	0,00	
	Total	4.407.409,30	4.324.659,04	3.322.292,35	



D 17 F
A 08
Ad
J

As dívidas a terceiros sofreram uma diminuição significativa no ano de 2016, devido ao cumprimento das obrigações no que diz respeito aos empréstimos contraídos de médio e longo prazo.

6.2. Evolução da dívida de terceiros

Dívidas de terceiros de CP e MLP					
Contas	Descrição	2014	2015	2016	
28 Empréstimos concedidos		2.000,00	2.000,00	2.000,00	
212 Clientes C/C		2.873,05	3.541,93	5.906,72	
213 Utentes C/C		5,25	0,00	0,00	
28 Estado e outros entes públicos		443,99	0,00	13,74	
262+263+267+268	Outros devedores	53.460,11	3.260,34	11.197,79	
	Total	58.782,40	8.802,27	19.118,25	



Nas dívidas de terceiros verificou-se um ligeiro aumento no ano de 2016. A execução da cobrança da dívida de terceiros contribuiu positivamente para as contas da autarquia.

7. COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO

7.1. Fundos disponíveis

12/Ano	2.154.905,71	2.378.336,86	2.681.986,91	2.546.185,14	4.244.637,24	3.160.182,92	2.685.676,10	3.359.496,53	2.728.438,49	2.434.128,43	4.757.137,02	5.319.072,16

Ao longo do ano de 2016, o município da Chamusca respeitou na íntegra a lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso (LCPA), não tendo compromissado qualquer valor com fundos disponíveis negativos.

A média anual de fundos disponíveis foi de EUR 3.204.181,96.

7.2. Pagamentos em atraso

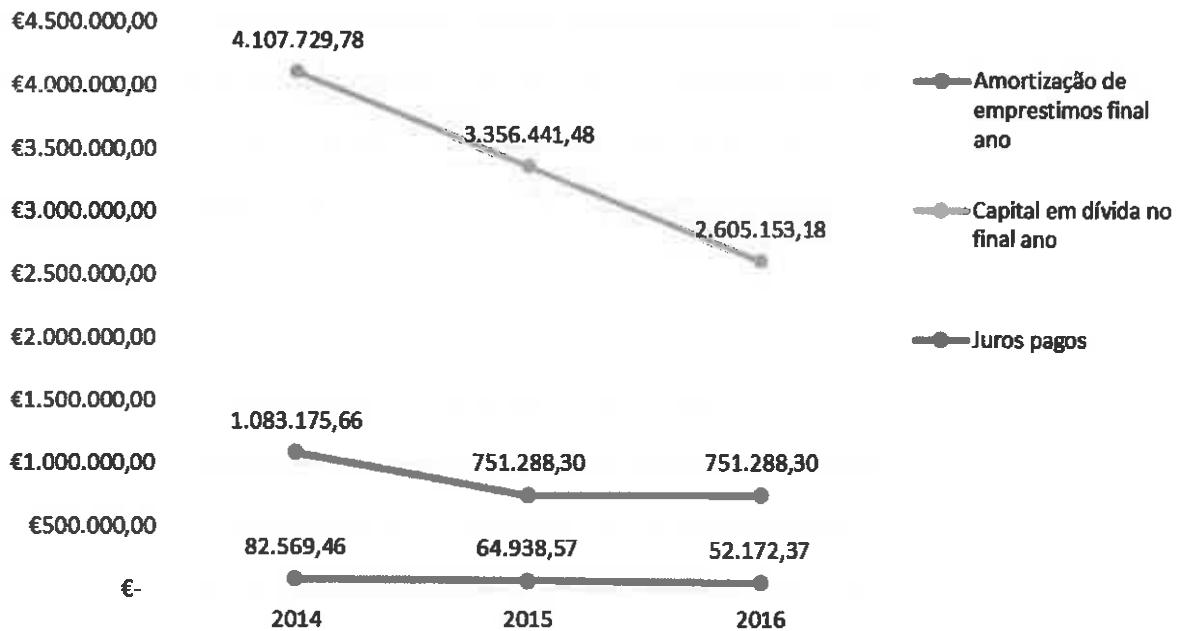
O Município não tem pagamentos em atraso a 31/12/2016.

D F
D J
D J
D J
D J

8. EMPRÉSTIMOS

Mapa de empréstimos	2014			2015			2016		
	Div. final ano	Amort.	Juros	Div. final ano	Amort.	Juros	Div. final ano	Amort.	Juros
Empréstimos de MLP	4.107.729,78	1.083.175,66	82.569,46	3.356.441,48	751.288,30	64.938,57	2.605.153,18	751.288,30	52.172,37
EMP 9015/006925/291 (PREDE)	0,00	132.793,03	706,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EMP DGTF (PREDE)	800.000,00	200.000,00	4.592,50	600.000,00	200.000,00	4.695,66	400.000,00	200.000,00	2.266,66
EMP DGTF (PAEL-PROGRAMA II)	3.307.729,78	551.288,30	70.723,57	2.756.441,48	551.288,30	60.242,91	2.205.153,18	551.288,30	49.905,71
EMP 0246/000709791 (anterior 13/487/0019)	0,00	15.051,00	291,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EMP 9015/006925/091 (Estrada do interior-Parreira)	0,00	184.043,33	6.254,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	4.107.729,78	1.083.175,66	82.569,46	3.356.441,48	751.288,30	64.938,57	2.605.153,18	751.288,30	52.172,37

Empréstimos



Nos anos de 2014, 2015 e 2016 o município não recorreu a contratação de empréstimos de curto prazo.

Devido à contratação do PAEL em 2013, o município aumentou o seu valor da dívida de empréstimos. Em 2016 o Município tinha contratualizado com instituições de crédito dois empréstimos: PREDE (2009) e PAEL (2013).

A amortização anual efetuada tem vindo a diminuir (estabilizando entre os anos de 2015 e 2016), devido à existência de um número inferior de empréstimos, no mesmo sentido constata-se também a natural descida dos juros liquidados.

9. INDICADORES E RÁCIOS

9.1. Indicadores e rácios financeiros

LIQUIDEZ GERAL

Este rácio mede a capacidade de a entidade solver, com os seus ativos que se espera possam vir a ser convertidos em meios financeiros líquidos num curto prazo, constituindo por isso um teste de solvabilidade de curto prazo.

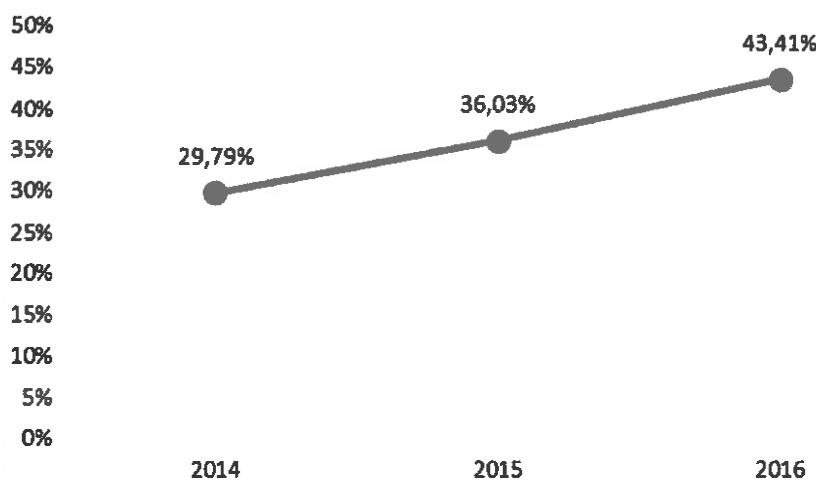
Trata-se de uma apreciação de ordem geral, com interesse essencialmente comparativo, em termos evolutivos, pois não é credível que uma entidade possa transformar em dinheiro todo o seu ativo para pagar as suas dívidas.

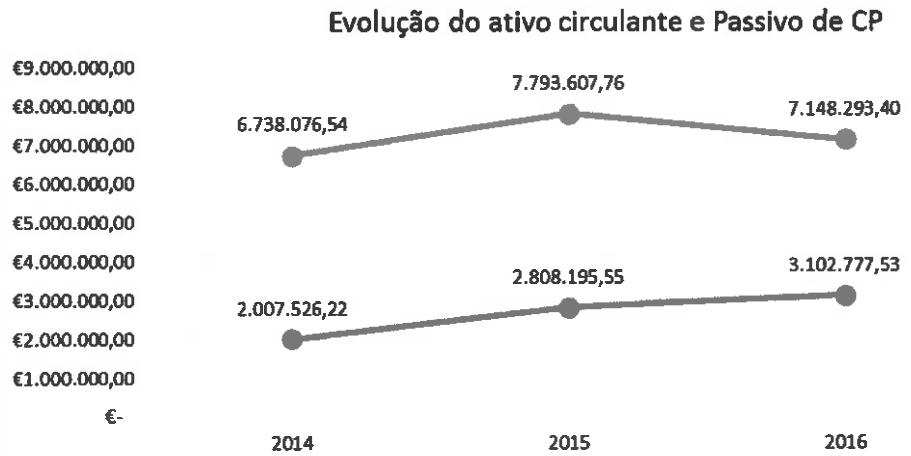
O aumento do grau de liquidez, quando derivado de alguns fatores (aumento das existências e aumento do crédito sobre clientes) pode fornecer informações divergentes das que se pretendem com os indicadores de liquidez, uma vez que estes factos limitam a capacidade de pagamento das responsabilidades.

Este rácio, em sentido lato (todo o ativo e todo o passivo) equivale, eventualmente, à avaliação de uma entidade na perspetiva da sua liquidação (extinção) – se conseguir alienar todos os seus ativos pelos valores líquidos contabilísticos, pagará, com esse valor, as suas responsabilidades, restando o valor dos capitais próprios, quanto mais elevado este rácio, maior a solvabilidade de curto prazo da autarquia.

Liquidez Geral	2014	2015	2016
Ativo circulante	2.007.526,22	29,79%	2.808.195,55
Passivo de CP	6.738.076,54	36,03%	7.133.500,19

Rácio liquidez geral





Como em anos anteriores, verificou-se um aumento deste rácio. O rácio de 2014 para 2015 aumentou quase 6,24%, para o qual contribuiu o aumento das existências e aumento dos depósitos em instituições financeiras em cerca de um milhão de euros, tendo as dívidas a terceiros impossibilitado um melhor desempenho deste rácio.

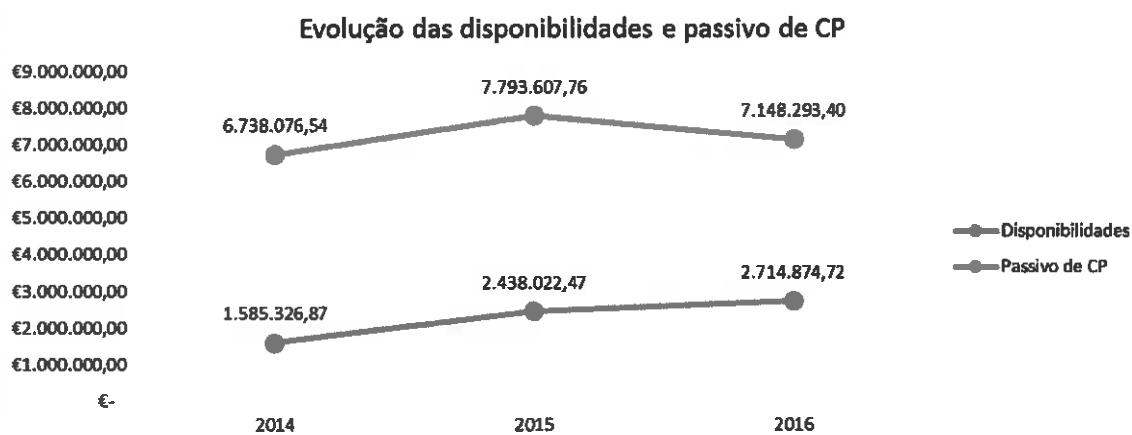
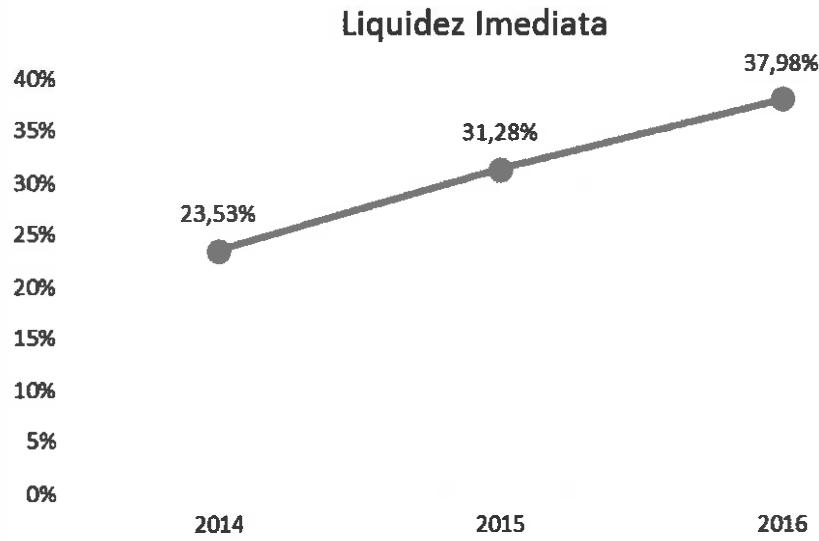
LÍQUIDEZ IMEDIATA

Neste rácio, são excluídas do numerador, para além das existências, as dívidas de terceiros, deixando disponível (caixa, depósitos bancários e títulos negociáveis) para comparação com o passivo de curto prazo. Teoricamente, dá-se como valor satisfatório o quociente 1, ou superior.

Porém, um rácio elevado pode significar, em determinado momento, ou o benefício da concessão de prazos alargados de pagamento por parte dos credores, ou alguma "ociosidade" da tesouraria, em forma de gestão não adequada.

É evidente que, em certas entidades, com situações de tesouraria extremamente "saudáveis", é comprovada a fiabilidade deste rácio.

	2014		2015		2016	
Disponibilidades	1.585.326,87		2.438.022,47		2.714.874,72	
Passivo de CP	6.738.076,54	23,53%	7.793.607,76	31,28%	7.148.293,40	37,98%

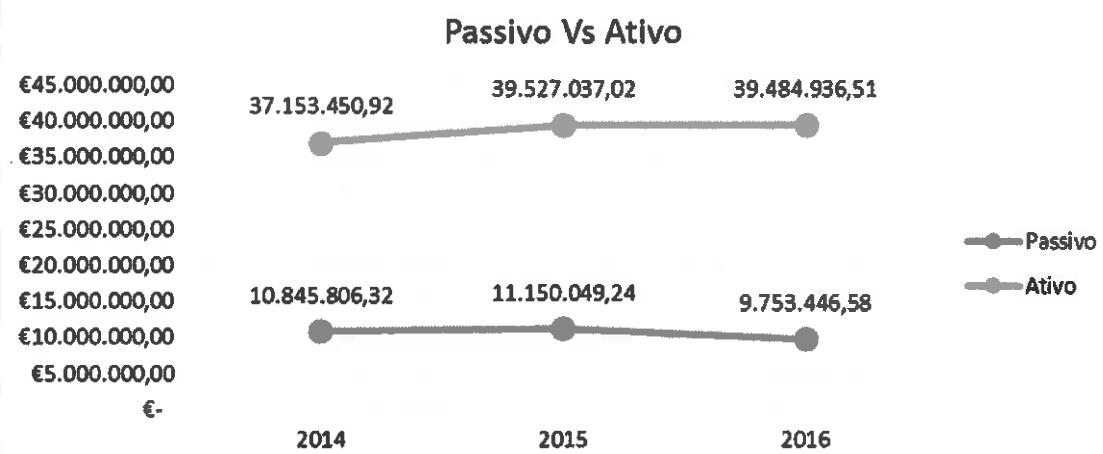
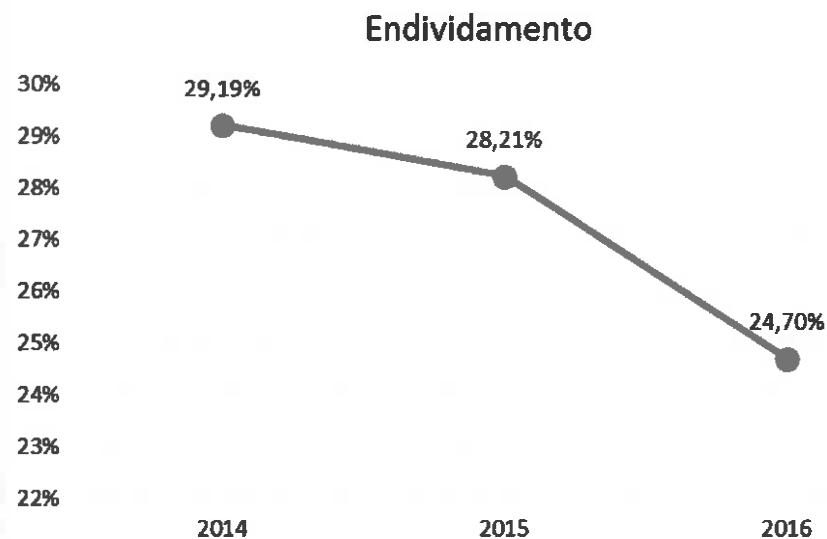


Apesar da diminuição do passivo de curto prazo, as disponibilidades contribuíram positivamente para o apuramento deste rácio.

ENDIVIDAMENTO

Evidencia a parte do capital alheio utilizado no financiamento das atividades da entidade. Esta análise deverá ser sistemática e sucessiva, por forma a verificar se o quociente baixo ou se, pelo contrário, se agrava.

	2014		2015		2016	
	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo
Passivo	10.845.806,32		11.150.049,24		9.753.446,58	
Ativo		37.153.450,92		39.527.037,02		39.484.936,51



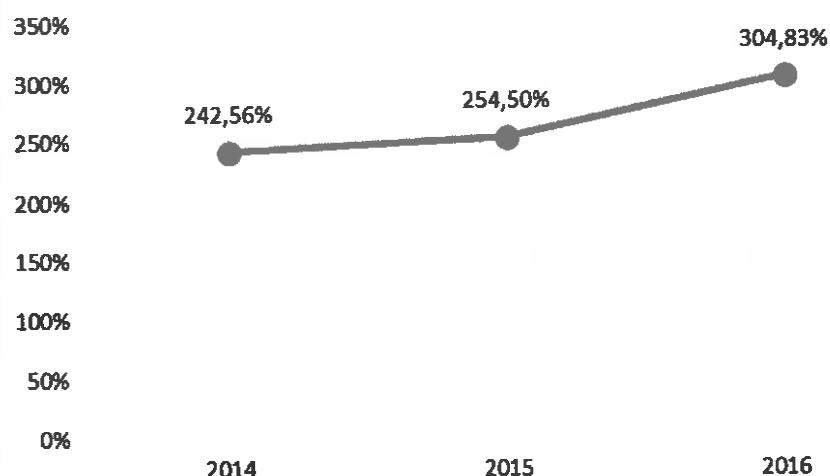
Ao longo destes períodos em análise constatamos um decréscimo no endividamento do Município. Podemos afirmar que o Município depende cada vez menos de capitais alheios, revelando o esforço financeiro que se traduziu na recuperação financeira registada nos últimos anos.

SOLVABILIDADE

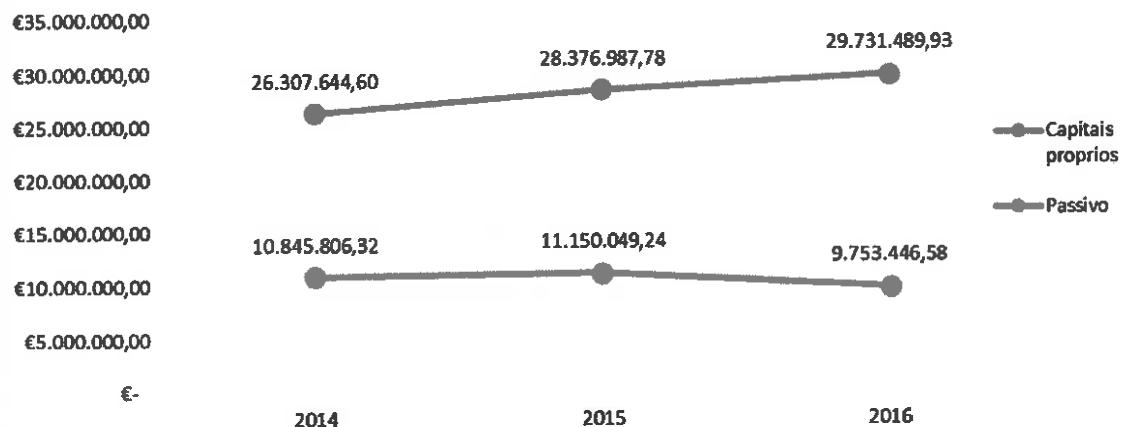
Na ótica dos financiadores, um rácio elevado significa estabilidade financeira, logo, a confiança, enquanto um rácio de valor reduzido denuncia fragilidade e vulnerabilidade, logo, elevado risco.

	2014		2015		2016
Capitais próprios	26.307.644,60	242,56%	28.376.987,78	254,50%	29.731.489,93
Passivo	10.845.806,32		11.150.049,24		9.753.446,58

Solvabilidade



Evolução dos capitais próprios e passivo



No ano de 2016, apesar da diminuição do passivo, os capitais próprios impulsionaram a obtenção deste rácio. Constatase assim uma melhoria significativa da capacidade para cumprir os compromissos inerentes às responsabilidades.

D Fan

AUTONOMIA FINANCEIRA

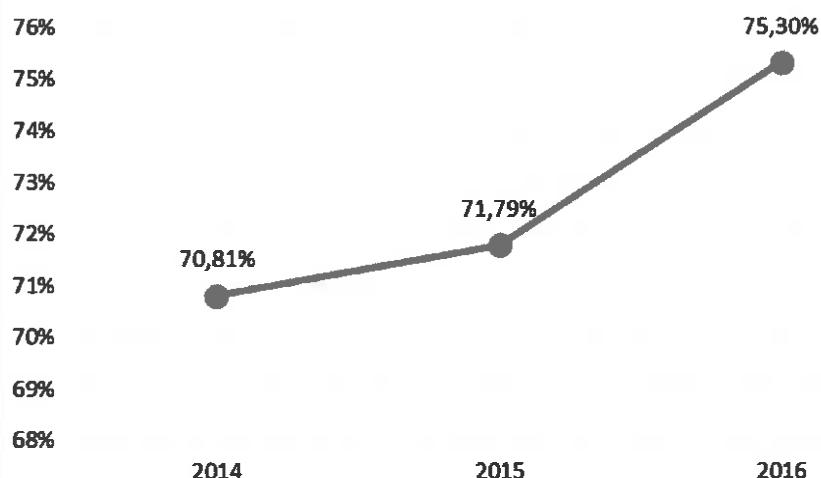
Trata-se, de um rácio bastante usado na análise financeira e tem bastante significado histórico na vida de uma entidade. Através dele se vê o grau de financiamento do ativo da entidade efetuado com capitais (fundos) próprios.

A avaliação do risco é feita, normalmente, em duas vertentes:

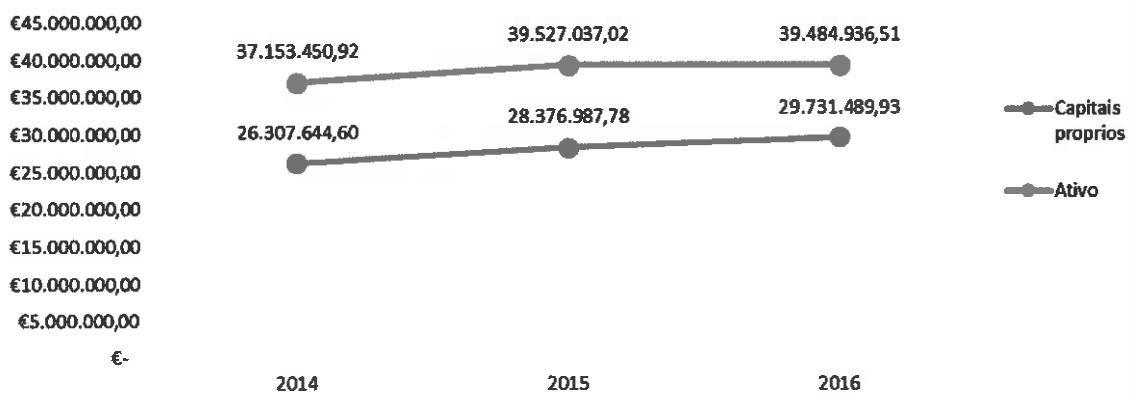
- Em caso de liquidação (extinção), a probabilidade de a entidade, com os seus ativos, cumprir com as responsabilidades inerentes ao financiamento e ao restante passivo, e, consequentemente;
- A partilha do risco entre a entidade e o financiador.

	2014	2015	2016
Capitais próprios	26.307.644,60	28.376.987,78	29.731.489,93
Ativo	37.153.450,92	39.527.037,02	39.484.936,51

Autonomia financeira



Evolução dos capitais próprios e ativo



O F
A
A
A
A
A

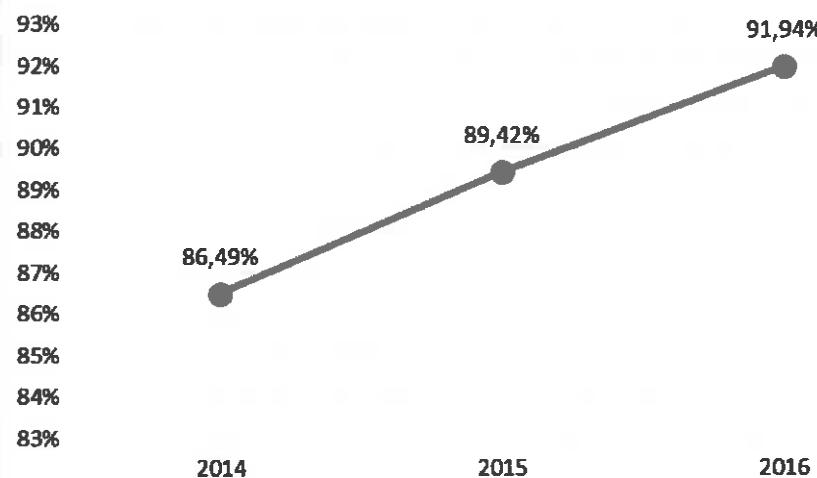
Conclui-se que autonomia financeira do município cresceu de 2015 para 2016, influenciada pelo aumento dos capitais próprios.

CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO

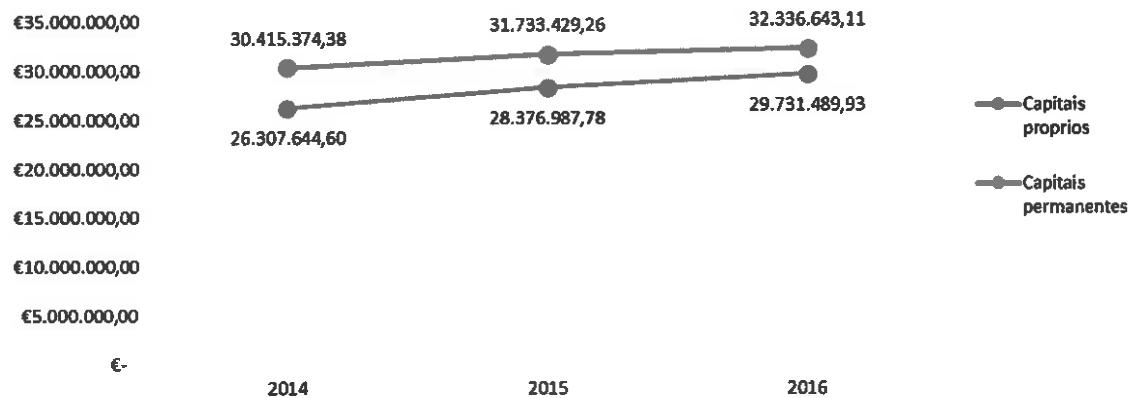
É um indicador de risco, na ótica dos financiadores, e, simultaneamente, de gestão, permitindo que a entidade avalie quais as possibilidades de recorrer, e conseguir, crédito para cumprir os seus objetivos estratégicos.

	2014		2015		2016	
Capitais próprios	26.307.644,60	86,49%	28.376.987,78	89,42%	29.731.489,93	91,94%
Capitais permanentes	30.415.374,38		31.733.429,26		32.336.643,11	

Capacidade de endividamento



Evolução dos capitais próprios e permanentes



O aumento da capacidade de endividamento em cerca de 3% deve-se ao aumento dos capitais próprios. Pode assim, o órgão de gestão avaliar os seus objetivos estratégicos com maior nível de confiança e certeza.

COBERTURA DAS IMOBILIZAÇÕES

F 21
A
Ric
D
F

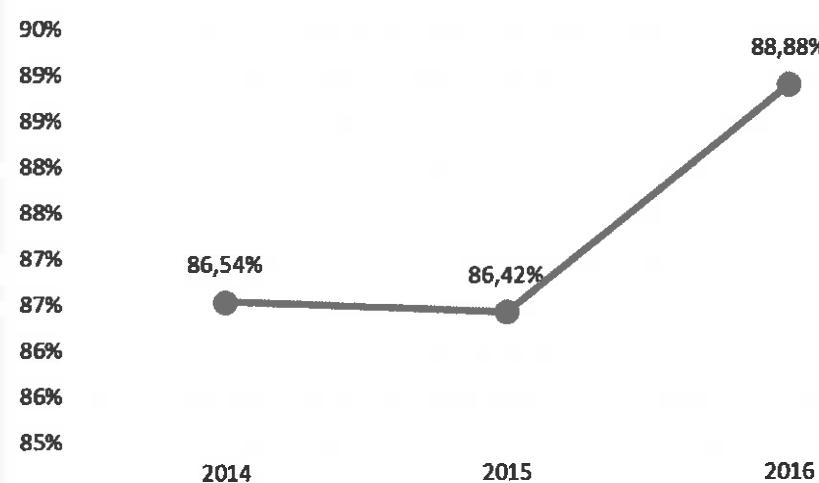
Mostra o grau de cobertura que os capitais permanentes têm sobre as imobilizações.

Convém que o valor seja o mais perto possível da unidade, pois, só assim poderá tentar-se que a exigibilidade dos pagamentos dos passivos de médio e longo prazo se verifique à velocidade do retorno do investimento efetuado.

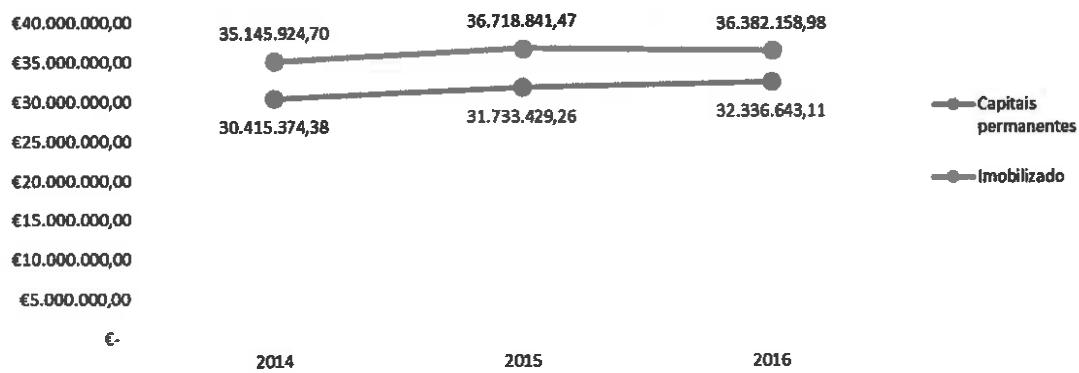
Mais importância tem o que se refere anteriormente quando o investimento é efetuado, maioritariamente, com recurso ao crédito.

	2014	2015	2016
Capitais permanentes	30.415.374,38	31.733.429,26	32.336.643,11
Imobilizado	35.145.924,70	36.718.841,47	36.382.158,98

Cobertura das imobilizações



Evolução dos capitais permanentes e immobilizado



O grau de cobertura que os capitais permanentes têm sobre as imobilizações mantiveram-se do ano 2014 para 2015 praticamente inalterados. Mas de 2015 para 2016 o aumento foi superior a 2%.

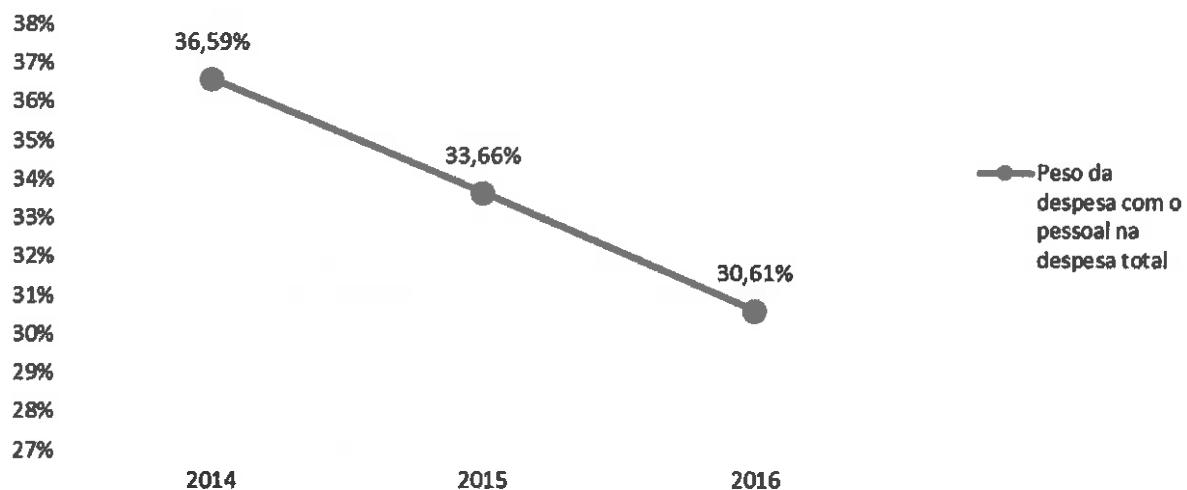
F m
c/c
c/c

9.2. Indicadores e rácios orçamentais

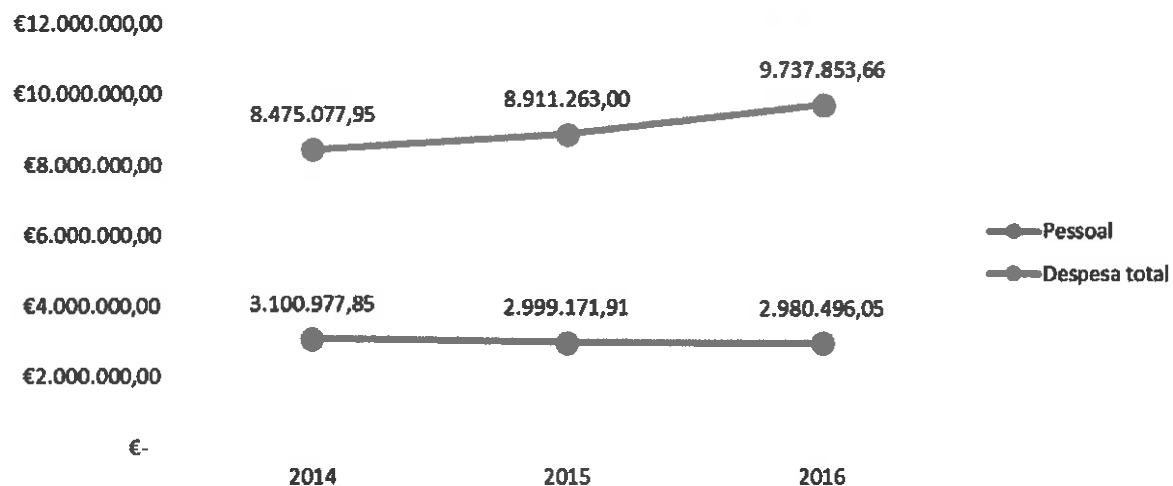
Despesa com o Pessoal

Despesa com pessoal	2014	2015	2016
Pessoal	3.100.977,85	2.999.171,91	2.980.496,05
Despesa total	8.475.077,95	8.911.263,00	9.737.853,66

Peso da despesa com o pessoal na despesa total



Evolução da despesas com pessoal e total



Através deste indicador, concluímos que no ano de 2016 a despesa com pessoal representa 30,61% da despesa total, baixando quer o valor da despesa com o pessoal, quer o rácio face ao ano anterior. Esta diminuição resulta do número de reformados, óbitos e transferências por mobilidade para outros organismos.

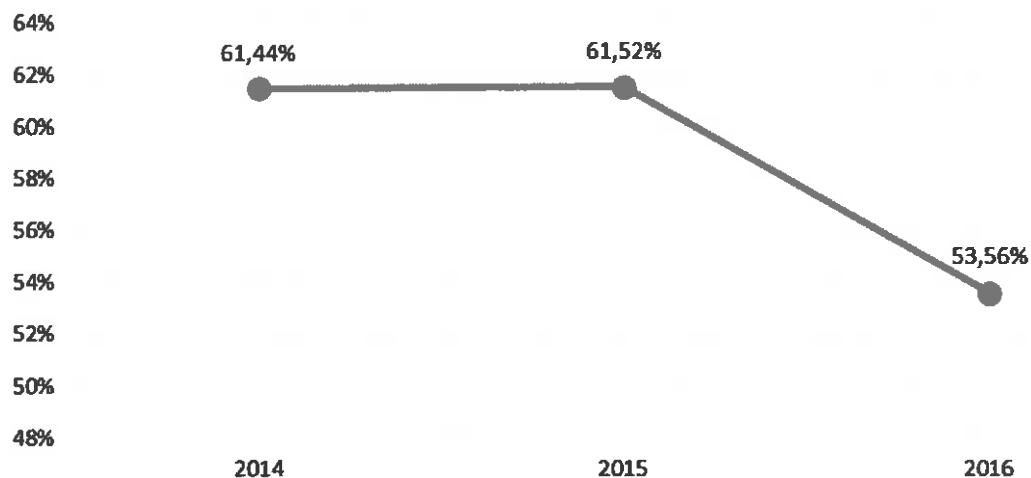
A despesa com pessoal no ano de 2016 foi a mais baixa dos anos analisados.

(Handwritten notes: F, ?, A, Dic, X, f)

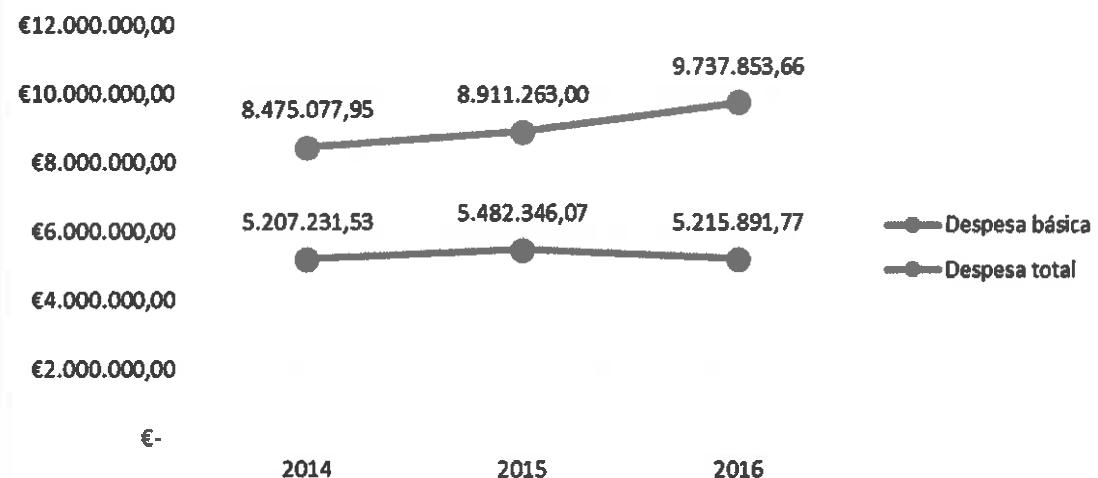
Despesa Fixa (básica)

	2014	2015	2016
Despesa Básica	5.207.231,53	5.482.346,07	5.215.891,77
Despesa total	8.475.077,95	8.911.263,00	9.737.853,66

Peso da despesa fixa sobre a despesa total



Evolução da despesa básica e total

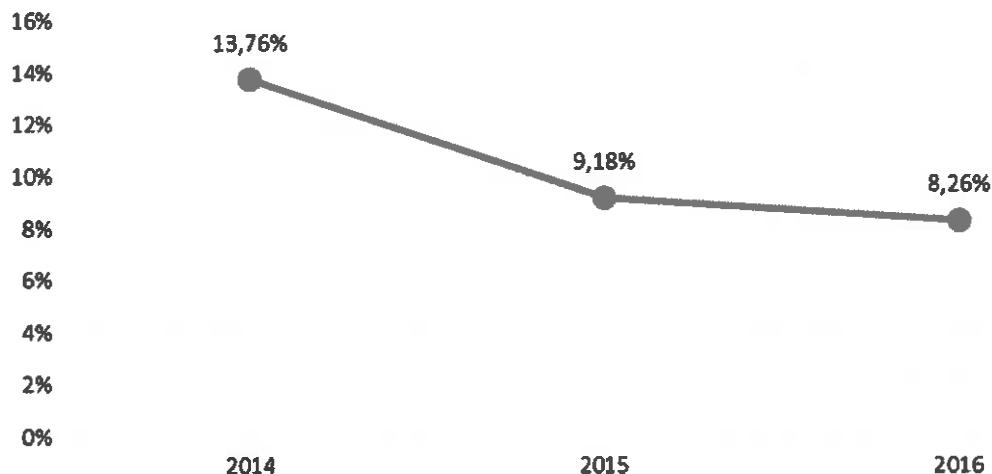


O peso da despesa fixa ou básica sobre a despesa total dos anos de 2014 e 2015 manteve-se praticamente inalterada. Ambos tipos de despesa subiram quase na mesma proporção de 2014 para 2015. Relativamente ao ano de 2016 a despesa básica teve uma ligeira diminuição ao passo que a despesa total teve um aumento.

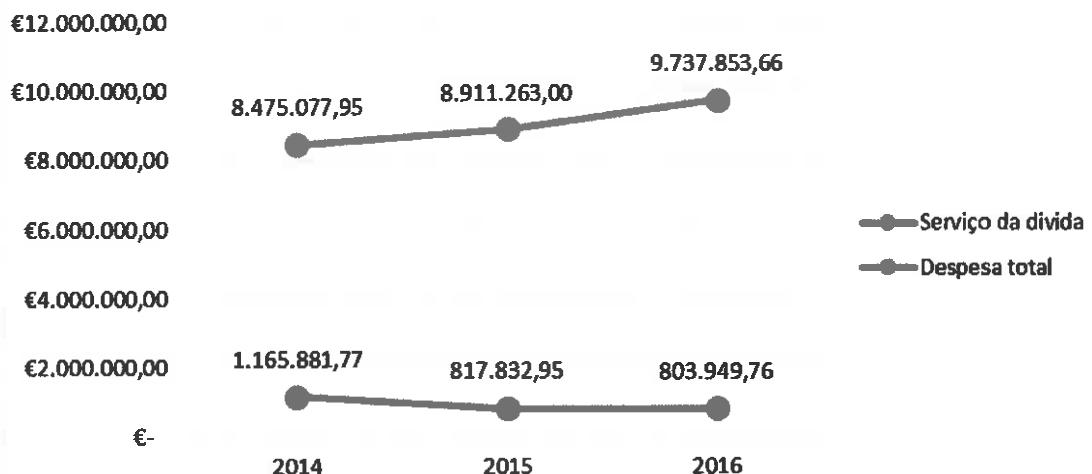
Despesa com os custos financeiros decorrentes de empréstimos

	2014	2015	2016
Serviço da Dívida	1.165.881,77	817.832,95	803.949,76
Despesa total	8.475.077,95	8.911.263,00	9.737.853,66

Peso do serviço da dívida sobre a despesa total



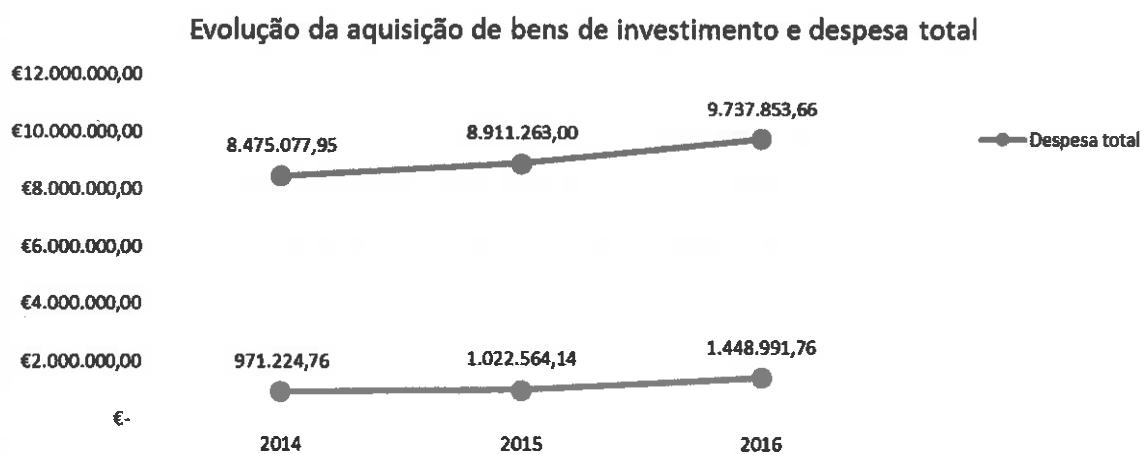
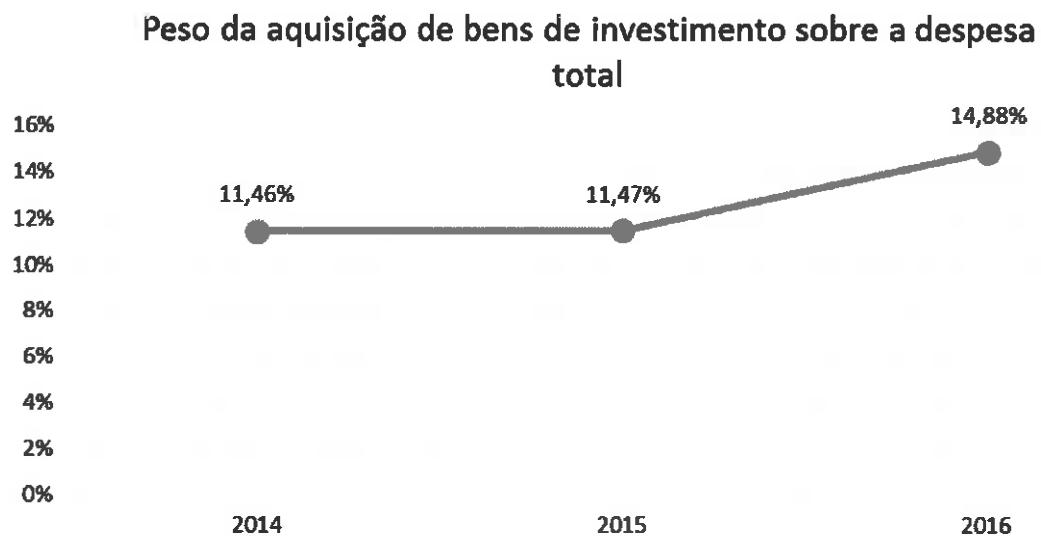
Evolução serviço da dívida e despesa total



O serviço da dívida é composto pelos pagamentos da amortização e dos juros e outros encargos. Este tem vindo a diminuir uma vez que o município tem dois empréstimos contratualizados em vigor: PREDE e PAEL. O peso no ano de 2014 é substancialmente superior aos anos seguintes, fruto de fortes amortizações e consequentemente dos juros.

Aquisição de Bens de Investimento

	2014	2015	2016
Aquisição de bens de investimento	971.224,76	1.022.564,14	1.448.991,76
Despesa total	8.475.077,95	8.911.263,00	9.737.853,66

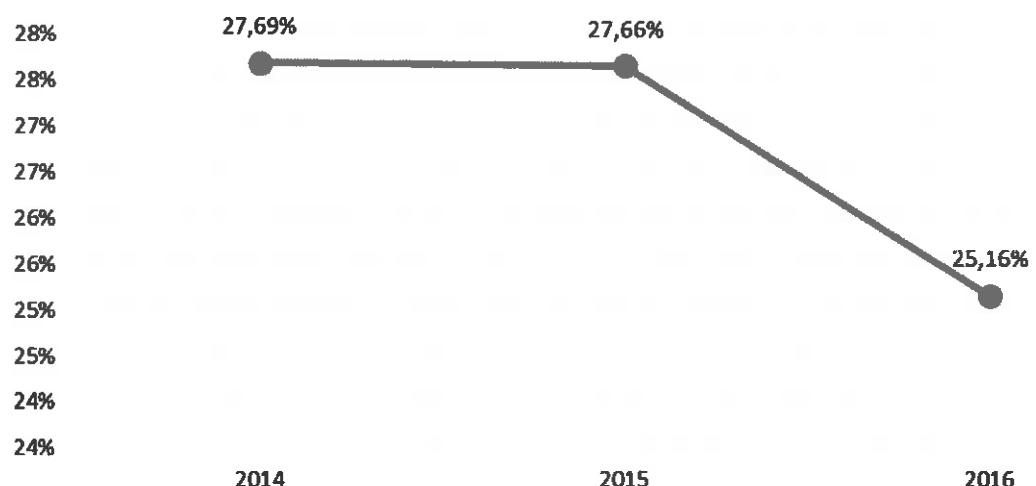


O peso da aquisição de bens de investimento sobre a despesa total sofreu um aumento de cerca de 3% em 2016.

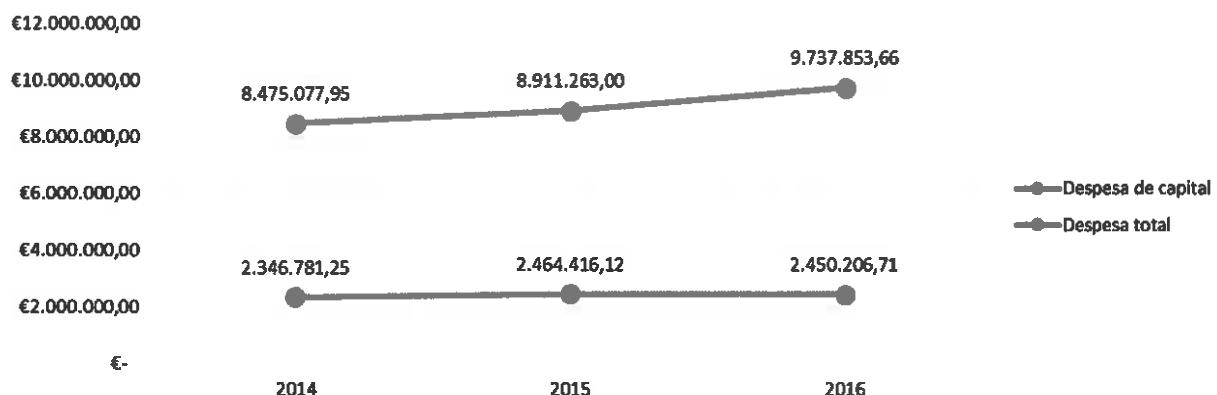
Despesa de Capital

	2014	2015	2016
Despesa de capital	2.346.781,25	2.464.416,12	2.450.206,71
Despesa total	8.475.077,95	8.911.263,00	9.737.853,66

Peso da despesa de capital sobre a despesa total



Evolução da despesa de capital e total

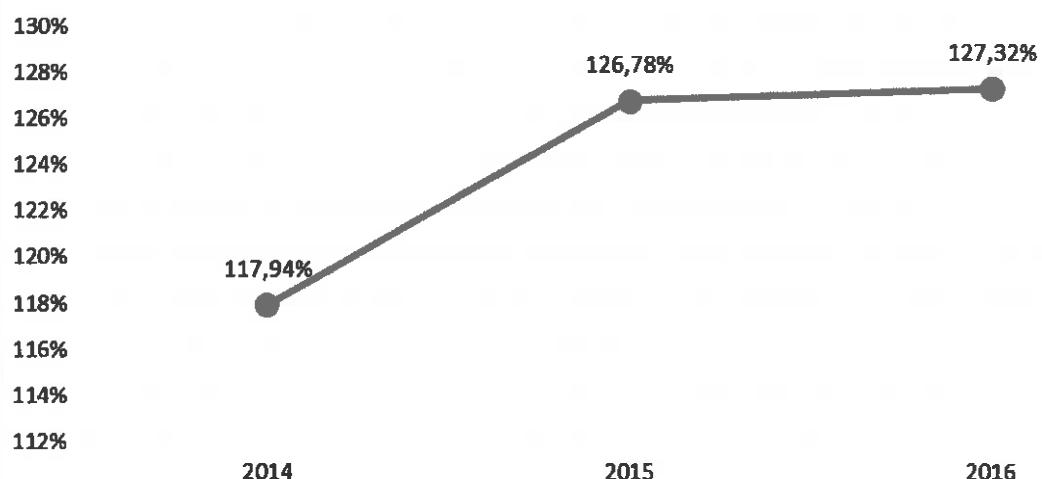


O peso e os valores da despesa de capital do ano de 2016 diminuíram relativamente aos anos de 2014 e 2015.

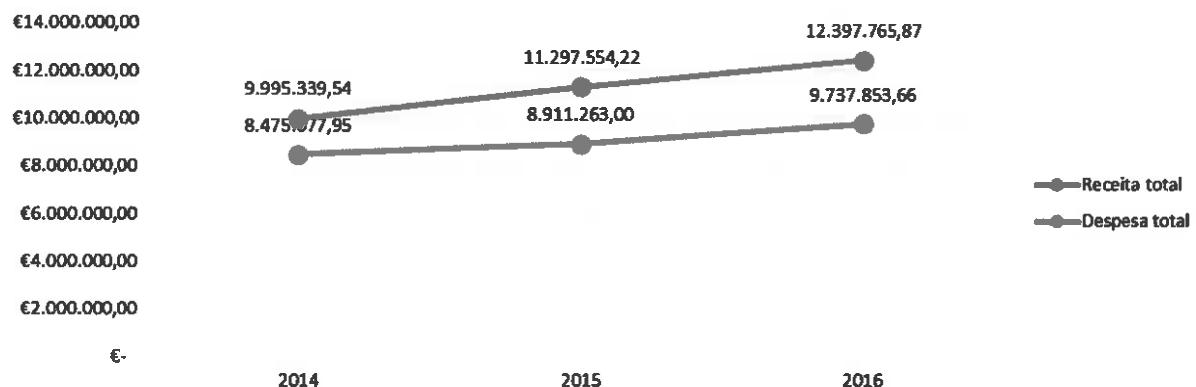
Receita Total

	2014	2015	2016
Receita total	9.995.339,54	11.297.554,22	12.397.765,87
Despesa total	8.475.077,95	8.911.263,00	9.737.853,66

Peso da receita total sobre a despesa total



Evolução da receita total e despesa total

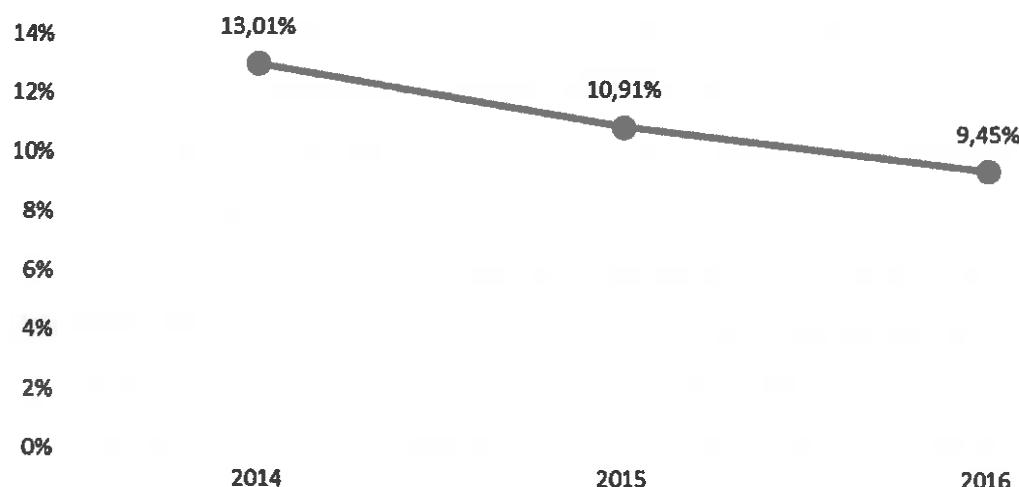


Tal como nos anos anteriores a receita total cobre as despesas totais. No entanto assistimos a melhorias progressivas ao longo destes últimos anos. No último ano o município consegui aumentar 0,54%.

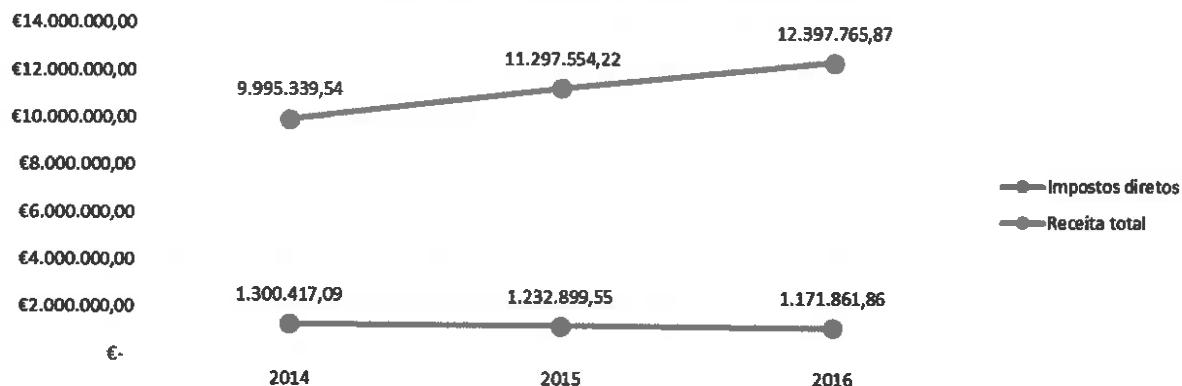
Impostos diretos cobrados pelo Município na receita total obtida

	2014	2015	2016
Impostos diretos	1.300.417,09	1.232.899,55	1.171.861,86
Receita total	9.995.339,54	11.297.554,22	12.397.765,87

Peso dos impostos diretos sobre a receita total



Evolução dos impostos diretos e receita total



Em 2016, verificou-se uma diminuição dos impostos diretos obtidos no valor de EUR 61.037,69, o que corresponde a uma diminuição de 1% face ao ano anterior. Para a diminuição dos impostos diretos no ano de 2016, o IUC e IMT contribuíram com uma diminuição de 2,70% e 2,57% respetivamente.

10. LIMITES DE ENDIVIDAMENTOS E PAGAMENTOS EM ATRASO

No âmbito da informação a prestar à DGAL - Direção Geral das Autarquias Locais, o mapa seguinte demonstra o cálculo dos limites ao endividamento à data de 31 de dezembro de 2016.

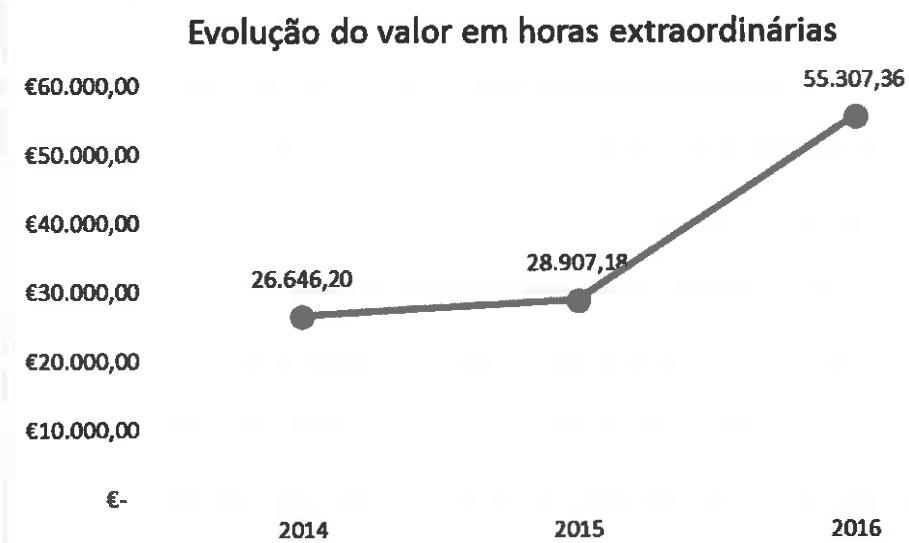
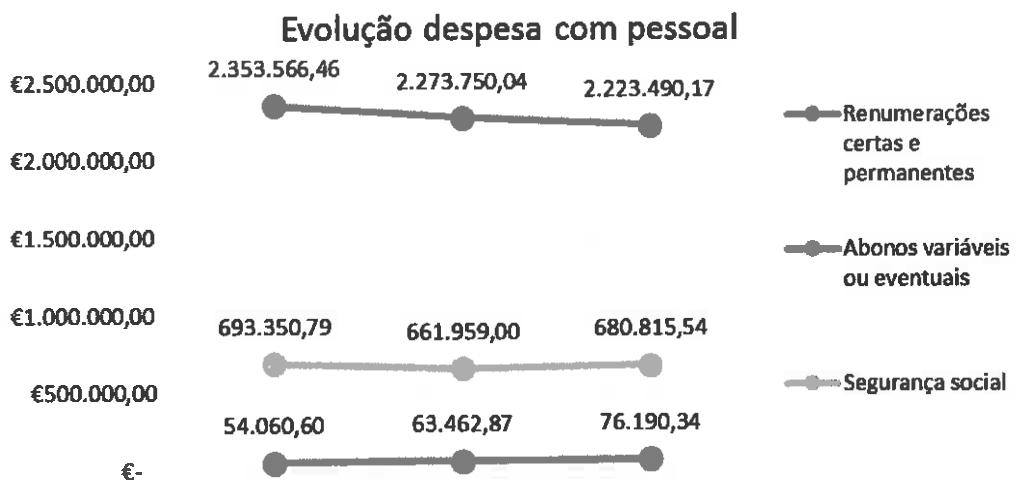
Limites	Dívida total						
	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/Ent. Part.	Dívida total	Dívida total excluindo orçamentais	Margem excesso	Margem absoluta	Margem utilizável
(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)	(5)	(6)=(3)+(1), se (3)>(1)	(7)=(1)+(3), se (3)>(1)	(8)=77,20%
12.624.681,00	4.324.699	1.066.891	5.391.590	4.847.735		7.776.946	1.555.389
			01-01-2016				-28,39%
			Variação da Dívida %				
			Variação do excesso da Dívida %				
			Utilização da margem disponível				2.931.848

O limite da dívida total é calculado de acordo com o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro) calculado a 150% da média da receita corrente cobrada líquida dos últimos três anos. Pela aplicação do disposto anterior, em 31 de dezembro de 2016 o limite da dívida total para o município da Chamusca fixou-se em EUR 12.624.681,00. O limite da dívida total subiu face ao ano de 2015, EUR 765.876,30 correspondendo a um aumento de 6,46% face ao ano anterior.

11. RECURSOS HUMANOS

Modalidade/Año	Contagem de trabalhadores por cargo	Trabalhadores por cargo			
		2014	2015	2016	2017
Comissão de serviço	M	1 M	0 M	0	0
	F	0 F	1 F	0	0
	TOTAL	1 TOTAL	1 TOTAL	0	0
CTFP por tempo indeterminado	M	79 M	76 M	75	75
	F	82 F	80 F	82	82
	TOTAL	161 TOTAL	156 TOTAL	157	157
CTFP a termo resolutivo certo	M	0 M	0 M	0	0
	F	0 F	0 F	0	0
	TOTAL	0 TOTAL	0 TOTAL	0	0
CTFP a termo resolutivo incerto	M	0 M	0 M	0	0
	F	0 F	0 F	0	0
	TOTAL	0 TOTAL	0 TOTAL	0	0
Outra	M	1 M	0 M	0	0
	F	0 F	0 F	1	1
	TOTAL	1 TOTAL	0 TOTAL	1	1
Total	M	81 M	76 M	75	75
	F	82 F	81 F	83	83
	TOTAL	163 TOTAL	157 TOTAL	158	158

Evolução do valor em horas extraordinárias			
	Ano	2014	2015
Valores		26.646,20	28.907,18
Variação		8,49%	91,33%



Em 2016 o Município da Chamusca contava com 158 trabalhadores a cargo, sendo que, 157 trabalhadores tinham vínculo por tempo indeterminado e 1 encontrava-se noutra situação.

O Município aumentou o valor das horas extraordinárias quando comparado aos anos de 2014 e 2015. Quando comparado ao ano transato esse valor subiu quase para o dobro, cerca de 91,33%.

12. PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do ponto 2.7.3.3, do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, quando se verificar saldo positivo na conta 59 «Resultados Transitados», o seu montante pode ser repartido de seguinte forma:

- a) Reforço do património;
- b) Constituição ou reforço de reservas.

O ponto 2.7.3.4 refere que é obrigatório o reforço do património até que o valor contabilístico da conta 51 «Património» corresponda a 20% do ativo líquido.

O ponto 2.7.3.5 refere que, sem prejuízo do disposto no número anterior, deve constituir-se o reforço anual da conta 571 «Reservas Legais» no valor mínimo de 5% do resultado líquido do exercício.

No POCAL comentado e anotado dos autores João Batista da Costa Carvalho e Maria José Fernandes é referido, na página 110:

“É nossa opinião que para o caso das autarquias locais, pouca utilidade tem a distribuição de resultados pela conta 571 «Reservas» e pela conta 51 «Património» exclusivamente no caso da existência de resultados positivos, uma vez que essa redistribuição nada acrescenta em termos valorativos à análise dos fundos próprios da autarquia. Aliás, a distribuição dos resultados para a conta 51 «Património», contradiz a nota explicativa a essa conta que a destina ao património inicial e a alterações formalmente autorizadas.....”

“A conta «59 Resultados Transitados» será assim uma conta residual, onde o seu saldo reflete os resultados negativos dos diferentes exercícios e os resultados positivos não distribuídos.....”

É por isso que, atingindo a conta 5.1 «Património» mais de 20% do ativo líquido, temos optado por propor a aplicação de 5% dos resultados em 571 “Reservas Legais” e na manutenção dos restantes 95% em resultados transitados.

Assim, para cumprimento da norma legal, propõe-se que o resultado líquido do exercício de EUR 101.079,39 seja aplicado da seguinte forma:

- Reservas legais: EUR 5.053,97
- Manutenção em resultados transitados: EUR 96.025,42

13. CONCLUSÃO

No ano de 2016 o município esforçou-se por um rigor financeiro e orçamental nas suas contas, aumentando a confiança dos seus fornecedores e colaboradores.

O município aumentou a sua despesa face ao ano anterior, quer em despesa corrente quer de capital, o que se reflete nas disponibilidades.

No ano em análise, o município conseguiu também aumentar a realização da despesa nas suas grandes opções do plano, o que revela uma execução planeada e ponderada apesar das condicionantes financeiras, orçamentais e legais a que está sujeito.

Apesar das condicionantes existentes no ano de 2016, o executivo continuou focado em diversas áreas, apostando nos serviços virados para os seus munícipes tais como:

Educação: na conservação e requalificação das escolas e jardins-de-infância do concelho, na aquisição de material pedagógico e didático;

Ação social: projetos de coro de convívio e programa de promoção da leitura nas IPSS's, conservação e atribuição/arrendamento de Habitação Municipal no âmbito social;

Cultura e desporto: Apoio financeiro e logístico às associações do concelho. Projeto de levantamento e execução da Carta Arqueológica do Concelho. Programação e divulgação das artes e tradições do concelho, nomeadamente nas áreas da tauromaquia, do fado, da etnografia e das artes enquanto elementos de promoção do concelho;

Promoção de modos de vida saudável com o projeto Chamusca ComVida, apoio à aquisição de equipamentos às escolas de formação de atletas, apoio a atletas em competições nacionais e internacionais, realização de provas de competição em parceria com federações desportivas no concelho da Chamusca;

Juntas de Freguesia: Celebração de acordos de execução e contratos interadministrativos, numa perspetiva de proximidade e agilização de pequenas obras da competência do município;

Rede viária: Manutenção das vias municipais e estradões de terra batida de acesso ao campo e charneca;

Serviços administrativos: Simplificação de processos e requalificação dos espaços de atendimento para a comodidade e celeridade no atendimento ao munícipe.


Na execução orçamental de 2016, foram tidas em linha de conta a gestão financeira do município, com a prioridade do pagamento a fornecedores, cumprindo os compromissos de aquisição de bens e serviços, com o pressuposto dos projetos para anos seguintes, nomeadamente a reabilitação e ampliação do centro escolar da Chamusca, a reabilitação do Mercado Municipal, reabilitação do antigo Centro Regional de Artesanato, novo Centro de Artes, reabilitação de estradas municipais, regeneração urbana, a persecução dos projetos municipais e intermunicipais dentro da contratualização da Comunidade Intermunicipal para eficiência energética e património cultural e natural. A gestão foi feita de forma a minimizar o recurso a empréstimos financeiros e a cumprir os contratos de PAEL e PREDE.


Neste sentido, e face aos projetos considerados, propõe-se a transferência de saldo de gerência para o exercício seguinte no valor de EUR 2.662.817,67.